



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

VICTOR DE OLIVEIRA RODRIGUES

**Para não dizer que não falei das Flores: As lutas dos trabalhadores da
Construção Civil no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE)**

RECIFE 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

VICTOR DE OLIVEIRA RODRIGUES

**Para não dizer que não falei das Flores: As lutas dos trabalhadores da
Construção Civil no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE)**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado no Programa de Pós – Graduação
em Sociologia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Remo Mutzenberg

RECIFE 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho. CRB4-985

R696p Rodrigues, Victor de Oliveira
Para não dizer que não falei das flores: as lutas dos trabalhadores da construção civil no complexo industrial e portuário de Suape(PE) / Victor de Oliveira Rodrigues. – Recife : O autor, 2012.
82 f. il. ; 30 cm
.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg.
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.
Inclui bibliografia.
1. Sociologia. 2. Construção civil - Trabalhadores. 3. Sindicalismo. 4. Greve. I. Mutzenberg, Remo. (Orientador). II. Título.
301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2013-17)

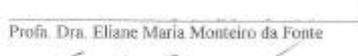
ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE VICTOR DE OLIVEIRA RODRIGUES, DO CURSO DE Mestrado DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

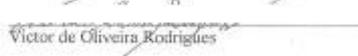
Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para a Defesa de Dissertação de VICTOR DE OLIVEIRA RODRIGUES, intitulada **PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: As lutas dos trabalhadores da Construção Civil no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE)**. A Comissão foi composta pelos Professores: **Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Presidente/Orientador); Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte - Titular Interna; Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira – Titular Externo (UFPB)**. Dando início aos trabalhos, o **Prof. Dr. Remo Mutzenberg** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar, o **Prof. Dr. Remo Mutzenberg**, presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão aprovando a **Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 30 de agosto de 2012.


Vinicius Douglas da Silva Nascimento – Secretário


Prof. Dr. Remo Mutzenberg


Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira


Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte


Victor de Oliveira Rodrigues

In memoriam:

Alípio Pedro Rodrigues Filho, meu pai.

Wagner Rodrigues, meu irmão.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Agradeço à minha mãe, Dilian, pelo exemplo de superação, por apoiar e incentivar minhas decisões, pela convivência nesse momento difícil, e, sobretudo, por me ensinar que a busca pela felicidade é o critério principal que deve nos guiar.

Ao meu pai, sr. Alípio, cujos ensinamentos práticos foram determinantes na formação da minha personalidade e cujas lembranças me fazem não desistir da vida...

Aos meus irmãos Fabinho e Cynthia. Ao meu irmão Netinho, pelo companheirismo e estímulos.

Ao querido amigo e eterno mestre, professor Ricardo Santiago, pelo apoio irrestrito em todos os momentos.

Ao meu orientador, professor Remo Mutzenberg, cuja paciência e confiança foram cruciais.

Aos trabalhadores de Suape e aos que me concederam entrevista, ainda que não possa cita-los nominalmente. Ao Procurador do Trabalho Fábio Farias, pela entrevista esclarecedora.

Às professoras Angela Amaral e Salete Cavalcanti, pelas críticas realizadas no momento de defesa do projeto.

À todos os professores do PPGS, particularmente ao professor José Luiz Ratton pelas valiosas aulas e sábios conselhos.

Ao professor Roberto Veras e à professora Eliane da Fonte, pela rica contribuição na ocasião da defesa desta dissertação.

À todos os colegas do curso de mestrado, pela convivência e, em especial, aos que compartilharam os momentos finais, dividindo tensão, angústia, expectativa e alegria: Mari, Laura e Bella. Aos amigos Giba, Lena, Ricardo, Kleiber, Rafael, Mercês, Maíra, Flávio, Chico, Rafaela, Alana e Maria, pela contribuição direta ou indiretamente. À Renata, presença mesmo fisicamente distante.

À Natália, pela colaboração inestimável e pelo amor que exala.

*Um homem se humilha
Se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata
Não da pra ser feliz...
(Gonzaguinha)*

RESUMO

No último quartel do século XX, o processo genericamente chamado de reestruturação produtiva alterou significativamente a relação entre o capital e o trabalho. O novo cenário é marcado, sobretudo, pela flexibilização dos direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores, o que implica na precarização das condições de trabalho. Diante disso, os sindicatos e o sindicalismo são chamados a responder à altura os novos desafios colocados. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo reconstruir descritivamente a greve dos trabalhadores da construção civil, ocorrida entre fevereiro e março de 2011 no Complexo Industrial e Portuário de Suape. Através da reconstituição refletimos como tem ocorrido a articulação política e mobilização social desses trabalhadores. Recompomos o processo da greve através da utilização das atas das audiências ocorridas na Procuradoria Regional do Trabalho (PRT – 6ª Região) bem como a partir de entrevistas semi-estruturadas realizada com sujeitos participantes do processo. Para a reconstrução da greve, aproximamos-nos do contexto e da dinâmica do sindicalismo no Brasil, analisando seus momentos de crise e ascensão. Situamos, também, a emergência e consolidação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS). A partir da reconstrução descritiva da greve em questão, identificamos quem foram os principais atores envolvidos, a dinâmica conflitiva da relação entre esses atores, bem como as formas de articulação e mobilização específicas forjadas por estes atores que atuam no setor da construção civil. Destacamos, em particular, a questão da relação entre os órgãos sindicais e trabalhadores.

Palavras-chave: Greve, trabalhadores, construção civil, Sindicalismo, Complexo Industrial e Portuário de Suape.

ABSTRACT

In the last quarter of the twentieth century, the process generally called 'the restructuring process' has significantly changed the relationship between capital and labor. The new scenario is represented by easing rights historically acquired by workers, which implies the precarious working conditions. Ahead of this, unions and unionism are called to respond to new challenges in question. Therefore, this research aims to build descriptively the strike of civil construction workers, occurred between February and March 2011 in the Industrial and Port Complex of Suape. By reconstituting this strike we could analysed how the political articulation and the social mobilization of these workers has been produced. We compose the process of the strike by using the minutes of the hearings that took place in Procuradoria Regional do Trabalho (PRT – 6ª Região) as well as semi-structured interviews carried out with individuals who participated in the process. For the reconstruction of the strike, we approach the context and dynamics of trade unionism in Brazil, analyzing their moments of crisis and ascension. We also situate the emergence and consolidation of Industrial and Port Complex of Suape (CIPS). From the descriptive reconstruction of the strike concerned, we have identified who the main actors involved are, the conflictive dynamics of the relationship between these actors as well the forms of articulation and mobilization protagonized by these specific actors involved in the civil construction sector. We highlight, in particular, the issue of the relationship between the workers and trade union bodies.

Keywords: Strike, workers, civil construction, Syndicalism, Industrial and Port Complex of Suape.

RESUMEN

En el último cuarto del siglo XX, el proceso generalmente llamado de reestructuración productiva alteró de manera significativa la relación entre el capital y el trabajo. El nuevo escenario se caracteriza principalmente por aliviar los derechos históricamente adquiridos por los trabajadores, lo que implica el deterioro de las condiciones de trabajo. Ante esto, los sindicatos y el sindicalismo están llamados a responder a los nuevos retos que se les plantea. Así, esta investigación tiene como objetivo reconstruir descriptivamente la huelga de los trabajadores de la construcción civil, que se produjo entre febrero y marzo de 2011 en el Complejo Industrial y Portuario de Suape. A través de la reconstitución de la huelga reflexionamos sobre cómo ha sido la articulación política y la movilización social de estos trabajadores. Reacomponemos el proceso de la huelga a través de la utilización de las actas de las audiencias que tuvieron lugar en Fiscal Regional del Trabajo (PRT - 6^a Región), así como a través de entrevistas semi-estructuradas llevadas a cabo con los individuos involucrados en el proceso. Para la reconstrucción de la huelga nos acercaremos al contexto y la dinámica del sindicalismo en Brasil, analizando sus momentos de crisis y ascensión. Situaremos también el surgimiento y consolidación del Complejo Industrial y Portuario de Suape (CIPS). Desde la reconstrucción descriptiva de la huelga en cuestión, determinamos quiénes fueron los principales actores involucrados, la dinámica de la relación entre esos actores los conflictos y las formas de articulación y movilización forjada por estos actores específicos involucrados en la industria de la construcción civil. Destacamos, en particular, la cuestión de la relación entre los trabajadores y los órganos sindicales.

Palabras clave: Huelga, trabajadores, construcción civil, Sindicalismo, el Complejo Industrial y Portuario de Suape.

Lista de Tabelas

Tabela 01: PIB e Per Capita do Território Estratégico de Suape (2006)	32
Tabela 02: População dos municípios que compõe o território estratégico de Suape	37

Lista de Figuras

Figura 01: As âncoras do Crescimento do Complexo Industrial Portuário de Suape	13
Figura 02: Complexo Industrial e Portuário de Suape, Pernambuco	29
Figura 03: Território Estratégico de Suape	30
Figura 04: Evolução do PIB de Pernambuco e comparação com resto do país	32

Lista de Gráficos

Gráfico 01: Percentual de recursos público investidos em Suape de 1995-2010	36
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Metodologia	15
CAPITULO 1	
1. O Sindicalismo no Brasil: Ascensão, crise e ressurgimento	18
1.1 O Surgimento da Central Única dos Trabalhadores - CUT.	22
1.2 Os anos 1990: O contra fluxo no movimento sindical	24
CAPITULO 2	
2. Considerações sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape	28
2.1 O outro lado do crescimento econômico	36
2.2 Os trabalhadores e as condições de trabalho	39
CAPITULO 3	
3. A Greve: Para não dizer que não falei das Flores	46
3.1 A reconstrução da Greve através das falas dos entrevistados	47
3.1.1 Os entrevistados e a aproximação ao objeto de estudo	47
3.2 Caracterização da qualidade do trabalho em Suape	47
3.3 A reconstrução de uma Greve não programada	51
<i>3.3.1 Início e Estopim de uma Greve não Programada</i>	52
<i>3.3.2 Processo de Mobilização e Formalização da Greve</i>	55
<i>3.3.3 As Audiências e as Conquistas: Reivindicações, Negociação e Acordos</i>	56
<i>3.3.4 Encerramento da Greve</i>	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	75

INRODUÇÃO

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) tem sido tema constante nos debates entre políticos, economistas e sociólogos preocupados com a temática do desenvolvimento regional. No entanto, as relações de trabalho têm sido um tópico negligenciado nessa discussão. Diante disso, ao analisar as relações sociais do trabalho, pretendemos dar visibilidade e desvendar os processos que estão ocorrendo no local. Trata-se de uma questão bastante importante e ainda pouco estudada.

Do ponto de vista estritamente sociológico, as investigações estão concentradas nos processos sociais que ocorrem nos países centrais e/ou na região sudeste, tradicional pólo industrial no país (SANTANA & RAMALHO, 2003; RODRIGUES & RAMALHO, 2007; OFFE, 1984). Ao propormos analisar as ações sindicais no CIPS, acreditamos que as práticas locais podem servir como indicadores de novas dinâmicas nas relações sociais, contribuindo, assim, para um entendimento mais panorâmico sobre o sindicalismo no Brasil.

O último quartel do século XX ficou marcado pelo processo de reestruturação produtiva do capital. Grosso modo, podemos dizer que a produção passa agora a ser orientada pela demanda, tendo que responder rapidamente às mudanças exigidas pelos consumidores. O paradigma *fordista/taylorista*, que fora hegemônico no pós-guerra, perde espaço para os novos modelos produtivos inspirados principalmente no *toyotismo*. A flexibilização da produção e a precarização do trabalho têm sido duas das principais características da reestruturação produtiva. Com isso, configura-se uma nova divisão internacional do trabalho, o capital passa a mover-se do centro para a periferia em busca de novas regiões que lhe permita melhores condições de acumulação. Essa reestruturação produtiva e nova localização das empresas industriais tiveram consequências para a forma de atuação e organização sindical dos trabalhadores.

O caso brasileiro possui especificidades. Apesar de ter início nos anos 1980, é apenas na década seguinte que o processo de reestruturação produtiva do capital vai atingir, em seu pleno vigor, o parque industrial brasileiro.

A abertura econômica e as tentativas de reformas sociais, levadas a cabo pelo Governo Federal brasileiro, criaram um cenário propício para as formas flexíveis de

acumulação e constata-se uma reorganização espacial do setor produtivo. A região do ABC paulista, tradicional centro industrial do país, não é mais o destino preferido das novas empresas que se instalam no Brasil. Um dos principais fatores que contribui para isso é a presença de um sindicalismo combativo nessa região. Com isso, novas regiões passam a disputar os novos investimentos e a criar a infraestrutura necessária para a instalação dos novos complexos produtivos. Além disso, tem início uma guerra fiscal entre os estados, todos buscando oferecer maiores incentivos. Os investimentos passam a ter novos destinos: algumas cidades do interior de São Paulo (não mais o ABC); o sul fluminense (Resende); cidades do interior de Minas Gerais; Rio Grande do Sul e Bahia.

É diante desse cenário, de uma nova geografia industrial no país, que buscamos situar a consolidação de Pernambuco como um novo território produtivo, através do Complexo Industrial Portuário de Suape.

Na primeira década de 2000, novos empreendimentos colocaram o CIPS no centro das atenções¹. Entre os principais estão a Refinaria General José Ignacio Abreu e Lima, cuja previsão de funcionamento era 2013 e, que, em plena fase de construção, gerou cerca de trinta mil empregos. Esse empreendimento é resultado de uma parceria entre a Petrobrás e a estatal venezuelana Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA); A Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape), cuja previsão inicial para o funcionamento era o final de 2011, que conta com incentivos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse empreendimento é liderado pela Petrobras Química S.A (Petroquisa) e, de acordo com números da própria empresa, a previsão inicial era de mais de oito mil empregos durante a fase de construção e mil e oitocentos quando estiver em funcionamento²; o Estaleiro Atlântico Sul, que empregou quatro mil trabalhadores durante as obras de construção e está em funcionamento desde 2009, resultado inicial de um consórcio entre os grupos empresariais Camargo Correa, Queiroz Galvão, Samsung Heavy Industries e PJMR. Esses empreendimentos se conjugam com outros e que caracterizam a expansão econômica de Pernambuco (ver Figura 01).

¹ A planta da montadora de automóveis FIAT não será mais instalada em Suape. O governo do Estado de Pernambuco cedeu um terreno para que a empresa se instale na cidade de Goiana.

² Companhia Petroquímica de Pernambuco, “Nossos Números”, disponível em: <http://www.pqspe.com.br/>. Acessado em: 10 de junho de 2012



Figura 01: As âncoras do Crescimento do Complexo Industrial Portuário de Suape. .

FONTE: BRITO, AGNALDO (2011) *Pernambuco vive sua revolução industrial* Folha de São Paulo - Mercado. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/884917-pernambuco-vive-sua-revolucao-industrial.shtml>, Acessado em: 28 de setembro de 2011.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego, em Pernambuco, caiu de 14,3% em dezembro de 2006 para 8,1% em dezembro do ano de 2010. No entanto, como expomos ao longo deste trabalho, as empresas citadas, ainda na fase de construção têm sido palco de tensão derivadas dos conflitos intrínsecos à relação entre capital e trabalho, tema da presente dissertação.

No primeiro capítulo, pontuamos questões referentes ao (re)surgimento do sindicalismo brasileiro, especialmente no período que se inicia o chamado “novo sindicalismo” até os dias atuais. Buscamos destacar as principais características do contexto social que permitiu a retomada expressiva da ação sindical no país e, posteriormente, as mudanças iniciadas na década de 1990, momento em que a ação sindical começa a entrar em crise.

Reservamos o segundo capítulo para discutir questões referentes ao surgimento do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS). Fazemos uma breve retrospectiva histórica, buscando destacar os principais elementos que contribuíram para o processo de desenvolvimento do CIPS. Ainda neste capítulo apresentamos alguns dados referentes ao

CIPS e às consequências sociais do desenvolvimento econômico, sobretudo, a partir da ótica dos trabalhadores.

Por fim, no terceiro capítulo, descrevemos a greve protagonizada pelos trabalhadores da construção civil em Suape, responsáveis pela construção da Refinaria Abreu e Lima, que ocorreu entre fevereiro e março de 2011. A reconstrução descritiva desta greve foi o nosso objetivo da pesquisa, quando buscamos, a partir dos relatos, levantar as principais questões que envolvem a participação política e as ações desenvolvidas pelos trabalhadores da construção civil em Suape.

Metodologia

Inicialmente, ao elaborarmos nosso projeto de pesquisa, portanto, ainda com pouca inserção no universo dos trabalhadores e do sindicalismo em Suape, acreditávamos que a melhor maneira de compreender os conflitos trabalhistas, que ali ocorriam, era através da análise das atas das audiências ocorridas na Procuradoria Regional do Trabalho (PRT – 6ª Região).

Para participar dessas audiências, convocadas pela PRT, com o objetivo de mediar os conflitos existentes e amenizar as tensões, foram convidados vários dos principais atores sociais que atuam, ainda que de maneira indireta, no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Para a primeira audiência, realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, conforme consta da ata que tivemos acesso, participaram as seguintes entidades representantes do Governo do Estado por meio da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendimentos, da Secretaria de Articulação Social e Regional, da Secretaria de Defesa Social e do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco; representante da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego/MTE; da ONG Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação (CENDECH); representantes das empresas, Odebrecht e Petrobrás; da Prefeitura Municipal de Ipojuca, do Jornal do Comércio e, evidentemente, de entidades sindicais (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco - SINTEPAV-PE; Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON; Confederação Nacional da Indústria e Construção; Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada) e, finalmente, a Comissão dos Trabalhadores.

No entanto, o tipo de informação encontrado nas atas das reuniões se mostrou insuficiente para os nossos objetivos. Ao elegermos as atas das audiências, como o nosso principal material de análise, tínhamos em mente que seria possível reconstituir as posições e as concepções dos atores sociais e, a partir disso, elaborar um panorama elucidativo das principais questões envolvendo as relações de trabalho e o sindicalismo em Suape. As atas não reproduzem, nem minimamente, os detalhes das discussões; nem sequer fica claro, através das falas, qual é a opinião dos atores em relação ao fenômeno ocorrido - a greve.

Apesar do que foi dito, ainda que uma análise preliminar das atas demonstre sua insuficiência, como principal fonte de pesquisa, sua importância consiste, fundamentalmente, em permitir uma identificação e um mapeamento das pessoas e entidades que participaram das audiências, ou seja, dos sujeitos envolvidos no processo da greve e que ganharam maior visibilidade.

A partir de uma análise preliminar das atas das audiências, foi possível identificar a existência de uma fragmentação entre as representações dos trabalhadores. O sindicato, instituição tradicional de representação classista, não aparece como sendo o único porta-voz da categoria. Surgiram outros canais de representação, que tinham uma linha de atuação independente do sindicato, tais como a Comissão de Trabalhadores de Base e outras organizações, como o Movimento de Lutas Populares (MLP) e a Coordenação Nacional de Lutas dos Trabalhadores (Conlutas).

É importante destacar que o reconhecimento desses atores, como interlocutores diretos e, em certa medida, como representantes dos anseios de uma parcela significativa, talvez até majoritária, dos trabalhadores em greve, pode ser atestado através do fato de terem sido convocados pela PRT para participarem das audiências.

Dado o que foi dito anteriormente sobre a insuficiência das atas das audiências, ampliamos o *corpus*, para o aprofundamento dessas questões, através da realização de entrevistas semi-estruturadas. O mapeamento e escolha dos sujeitos que deveriam ser entrevistados foram realizados a partir das atas das audiências. Em um processo contínuo de complementariedade e inter-relação, foi possível extrair das diversas entrevistas o que não estava contido nas atas, e vice-versa.

Elaboramos um roteiro prévio para nortear as entrevistas. Realizamos oito entrevistas com duração de uma hora e dez minutos cada uma, aproximadamente. Como optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas, tivemos a preocupação metodológica de que o roteiro elaborado não engessasse as entrevistas, permitindo sempre o surgimento de outras questões que não estavam previstas. Os eixos temáticos foram elaborados em forma de tópicos e cada um continha uma sequência de perguntas que eram abordadas e adaptadas de acordo com o desenvolvimento da entrevista.

Ainda em relação às entrevistas, os temas abordados partiram do geral para o particular. No primeiro bloco, buscamos estimular os entrevistados a elaborarem, de

maneira geral, como entendiam as relações de trabalho e a questão sindical no Brasil. No segundo momento, nosso objetivo foi transportar as questões do bloco anterior para o mundo do trabalho no Complexo Industrial e Portuário de Suape. Por fim, no terceiro e último bloco, centramos nas questões referentes à greve dos trabalhadores da construção civil ocorrida em março de 2011. Ainda neste terceiro bloco, foi possível identificar alguns dos principais problemas presentes no campo estudado e a relação conflituosa entre os atores envolvidos.

Desse modo, a primeira entrevista nos permitiu uma maior aproximação com o campo e o acesso a outros atores, que embora já tivéssemos conhecimento da existência, não sabíamos como encontrar. Além disso, foi a partir dessa entrevista que pudemos reelaborar, parcialmente, o nosso roteiro de questões. Apresentamos o seguinte quadro para facilitar a compreensão, a apresentação detalhada dos entrevistados aparece no capítulo 3.

Entrevistado	Movimento/Entidade
Ramon	Trabalhador de Suape
Zumbi	Movimento Lutas Populares (MLP)
Leon	Comissão dos Trabalhadores e MLP
Tom	MLP e trabalhador da construção civil
Calado	MLP e trabalhador da construção civil
Rondon	Conlutas
Fábio Farias ³	Procurador do Trabalho

³Nome real, pois o mesmo não fez questão do anonimato. Com exceção deste entrevistado, os demais nomes são fictícios para garantir o anonimato dos informantes.

CAPITULO 1

1. O Sindicalismo no Brasil: Ascensão, crise e ressurgimento.

Os elementos componentes do "pacote", do que se convencionou chamar genericamente de reestruturação produtiva, assim como as novas engenharias de gestão da força de trabalho, apenas ensaiavam de forma tímida algumas experiências no Brasil durante a década de 1980. É vital chamar a atenção para o fato de que a particularidade do caso brasileiro (e outros países da América Latina) difere bastante do cenário europeu, o que exige que os pesquisadores brasileiros façam uma mediação (ou descarte) de algumas teorias produzidas no velho continente (GORZ, 1987; ANTUNES, 1997).

Se por um lado, é verdade que, na Europa, a década de 1980 foi marcada, de uma forma geral, pelo arrefecimento das lutas no mundo trabalho e, conseqüentemente, pelo enfraquecimento dos sindicatos; por outro lado, nos países periféricos - e aqui pensamos sobretudo no caso brasileiro - esse diagnóstico não se sustenta. No Brasil, principalmente a partir das experiências desenvolvidas inicialmente na região do ABC paulista, vivenciamos um monumental ressurgimento da ação sindical, com novas práticas, novas bandeiras de lutas e palavras de ordem.

Se a partir do início do regime militar, marcado pela brutal repressão aos trabalhadores e com intervenção nos sindicatos e a nomeação de diretorias biônicas, os trabalhadores foram sufocados e deixaram de fazer parte da vida política do país, ou o fizeram de forma subordinada e passiva. Esse quadro começa a sofrer alterações, ainda em meados da década de 1970, e “depois de tantos anos sob a ditadura militar, o movimento sindical e grevista recolocou a classe trabalhadora na cena social e política do país” (ANTUNES, 1995, p.45).

A despeito das diferenças de abordagens e dos elementos enfatizados, existe um entendimento consensual, entre os principais analistas brasileiros e sociólogos do trabalho, de que a década de 1980 foi um período positivo para a história do movimento sindical no país, isto é, um período em que as lutas dos trabalhadores ganharam maior relevo. Fala-se ainda que foi o “momento de ouro” (SANTANA, 2002), marcado pela “explosão do sindicalismo” brasileiro (ALMEIDA, 1996), a “década dos trabalhadores” (RODRIGUES, 1992).

Esse momento do qual estamos tratando é concebido, para fins analíticos, como tendo início a partir das greves de 1978, ganhado vigor durante toda a década de 1980 (embora tenham ocorrido variações conjunturais) e, posteriormente, entrado em declínio a partir de 1989. Assim, esse processo ficou conhecido, na literatura acadêmica e nos movimentos sociais do trabalho, como a emergência do “novo sindicalismo”, movimento que buscou uma maior aproximação com as bases, um elevado grau de radicalização e um confronto com a estrutura sindical corporativa. O novo sindicalismo, além de inaugurar um movimento sindical sem precedentes na história do país, buscou, também, a partir de novas práticas, forjar uma identidade que se contrapunha à identidade sindical populista e burocrática, que teria sido a marca da ação sindical entre os anos de 1945 e 1964 (SANTANA, 1998).

O vigor e a força do novo sindicalismo mereceram bastante destaque na literatura especializada. Segundo Jácome Rodrigues:

De repente, os trabalhadores, que raramente eram mencionados nos jornais da chamada grande imprensa e que quando se faziam presentes apareciam apenas nos cadernos de economia, passam a ocupar as primeiras páginas de todos os periódicos, bem como o noticiário do rádio e televisão e, com as greves, naquele período, conseguem se colocar – de um momento para o outro – no centro das atenções políticas do país inteiro (RODRIGUES, 2003, p. 301).

No mesmo sentido, o professor Leôncio Martins Rodrigues, em *Destino do Sindicalismo*, refere-se a esse período histórico como um acontecimento realmente importante ao que se refere ao surgimento do poder sindical e da consequente atuação das lideranças sindicais na hora de interceder na conjuntura política e influir nos processos decisórios do poder legislativo, executivo e judiciário, mesmo que de maneira bastante restrita (RODRIGUES; 1992).

A retomada das lutas sociais pelos trabalhadores culmina com a construção de novas entidades de representação classista: a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; e, por fim, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984. Em suma, e sem deixar dúvidas, como Eder Sader afirmou no título de sua obra clássica, "novos personagens entraram em cena" (SADER, 1991).

Segundo Sader (1991), ocorreu a valorização e a politização de espaços antes tidos como apolíticos. O autor faz um esforço analítico para compreender e destacar a autonomia de práticas que antes eram vistas, pelos analistas e pelos atores sociais, como funcionais e decorrentes da estrutura social e do movimento de reprodução do capital. A vida cotidiana dos trabalhadores e as diversas sociabilidades, que aí se desenvolvem, passaram a constituir espaços de mobilização e articulação, gerando novas identidades coletivas. Em outros termos, não apenas o chão da fábrica, ou seja, o espaço da produção, mas, também, o espaço da reprodução, "a vida lá fora" e suas diversas facetas, passam a ser reconhecidas e valorizadas pelos movimentos sociais. Os "novos personagens" a quem Sader se referia representavam o "novo sindicalismo" propriamente dito, cujos protagonistas apareciam dissociados do poder do Estado e dos partidos políticos, e um conjunto formado pelos

(...) "novos movimentos de bairro", que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma "nova sociabilidade" em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os "novos movimentos sociais", que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada (SADER, 1991, p.35-36).

Como fica claro na citação acima, tratou-se de um cenário rico, complexo e desafiador para os pesquisadores. Sem desmerecer a importância dos diversos sujeitos que se constituíram naquele período, e reconhecendo a importância específica dos mais variados movimentos sociais, direcionaremos, novamente, a nossa análise para uma melhor compreensão da ação sindical gestada pelo novo sindicalismo. Para tanto, é fundamental ter em mente quais foram os fatores que contribuíram e permitiram a retomada da ação sindical e dos movimentos grevistas, durante os anos 1980, no Brasil.

Adalberto Moreira Cardoso (2003), ao fazer um didático esforço de síntese, elenca alguns fatores que concorrem para a compreensão do "*crescimento vertiginoso do movimento sindical brasileiro na década de 1980, cuja maior expressão foi a quase eleição de Lula para a Presidência da República em 1989*" (CARDOSO, 2003, p. 37).

Segundo Cardoso (2003), diversos segmentos da sociedade que se contrapunham ao regime militar, entre eles estudantes e intelectuais, enxergaram o novo sindicalismo como uma espécie de "*válvula de pressão que poderia pôr abaixo o autoritarismo. Isso contribuiu para a politização instantânea do movimento que surgia*" (CARDOSO, 2003,

p.34). Além disso, a estrutura sindical brasileira merece destaque, pois “*serviu tanto ao regime autoritário (enquanto um instrumento de repressão e controle dos sindicatos) como à democracia emergente (como base de sustentação de sua organização coletiva por todo o país)*” (CARDOSO, 2003, p.34).

Outro elemento que não pode ser desprezado diz respeito à forma de gestão da força de trabalho. Como o Brasil ainda não havia realizado a liberalização e desregulamentação de sua economia, as novas formas de gestão da força de trabalho, aparentemente menos autoritárias e mais sedutoras, que objetivam a “*captura da subjetividade operária pela lógica do capital*” (ALVES, 2005), eram bastante incipientes aqui. Portanto, diferentemente dos países do centro do capitalismo, as interações entre trabalho e capital, no chão da fábrica, eram ainda mais conflituosas e:

(...) profundamente adversárias devido a regimes autoritários de trabalho e ao uso predatório da força de trabalho, expressa em gerência despótica, baixos salários, altas taxas de rotatividade e extensão das horas de trabalho via horas-extras (CARDOSO, 2003, p.35).

A forma de atuação radical e a influência das massas, que foram marcas do movimento sindical nos anos 1980, foram favorecidas pela política econômica do regime militar. Greves econômicas, ou seja, motivadas por questões salariais, se convertiam rapidamente em greves políticas contra o governo. Novamente segundo Cardoso,

taxas crescentes de inflação tornaram racionais as estratégias contenciosas baseadas em greves de massa demandando a indexação dos salários. Isso ocorreu, ademais, contra políticas públicas de controle da inflação baseadas justamente na contenção dos salários reais, o que, como efeito colateral, verteu greves estritamente econômicas em protestos políticos diretos contra o governo (CARDOSO, 2003, p. 35).

Em relação à composição social e ideológica, de forma geral, três matrizes discursivas confluíram para modelar a percepção que os atores sociais formaram nesse momento e as formas de lutas adotadas. A primeira delas, constituída pela igreja católica, através de religiosos inspirados na teologia da libertação, e a partir da opção pelos pobres, atuava nas comunidades eclesiais de base; a segunda, que era formada pelos grupos de esquerda que se encontravam enfraquecidos e buscavam novas possibilidades de atuação junto às massas trabalhadoras; e, por fim, a terceira matriz discursiva que compõe a atuação dos movimentos de trabalhadores, na década de 1980, foi a de cunho

sindical, mais precisamente, o “novo sindicalismo” (SADER, 1991). As principais características do novo sindicalismo são, sobretudo, uma maior aproximação com as bases, ou seja, uma maior organização nos locais de trabalho, atuação à margem da estrutura sindical oficial e autonomia em relação aos partidos políticos.

Como veremos mais adiante, o cenário e os fatores que permitiram o desenvolvimento do sindicalismo, nos anos 1980, seriam profundamente alterados e subvertidos na última década do século XX. Antes, contudo, faz-se necessário examinar o surgimento e a composição das centrais sindicais.

1.1 O Surgimento da Central Única dos Trabalhadores - CUT

Apesar da fundação da CUT ter ocorrido em 1983, os esforços para a constituição de uma central sindical nacional iniciaram-se dois anos antes, em Praia Grande, São Paulo, em 1981⁴. Nessa ocasião, realizou-se o Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), que reuniu as mais diversas tendências que atuavam no movimento sindical.

Participaram deste evento desde setores vinculados ao padrão de ação sindical praticado no pré-1964, sob clara influência do PCB, até os militantes mais novos, identificados com o novo sindicalismo que, grosso modo, não possuíam uma militância anterior e eram considerados “sindicalistas puros”; de setores vinculados à Igreja Católica, através das pastorais operárias, a setores pertencentes à esquerda tradicional, tais como PCB, PCdoB, MR8, entre outros. Além disso, houve uma importante atuação de segmentos dissidentes desta mesma esquerda, identificados ideologicamente com o pensamento do revolucionário russo Leon Trotsky. Diante disso, conforme Leôncio Martins Rodrigues, *"a importância dessa Conclat advém do fato de ter sido a primeira (e última) grande conferência em que participaram praticamente todas as facções militantes do meio sindical"* (RODRIGUES, 1991, p. 31).

Como sabemos, no entanto, a ampla diversidade ideológica expressa na pluralidade de grupos sindicais presentes na Conclat, não significou, em termos

⁴ Cabe lembrar que em 1962, no IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores realizado em São Paulo, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização intersindical que tinha como objetivo dirigir, orientar o movimento sindical no Brasil, mas que nunca foi reconhecido pelo Ministério, sendo completamente desarticulado com o golpe militar de 1964.

concretos, a construção de uma central sindical que abrangesse todos os sindicatos do país. Sendo assim, *“na impossibilidade de um consenso, o bloco mais à esquerda decidiu convocar por sua conta, para 1983, o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que recebeu também o nome de CONCLAT”* (RODRIGUES, 1991, p.33). Este congresso, finalmente, deliberou a fundação da CUT.

A CUT surgiu como uma central sindical que colocava em xeque a autonomia da estrutura sindical e, não é exagero afirmar, que atuou, durante um longo período, à margem desta estrutura. Embora a Central Única dos Trabalhadores (CUT) não tenha sido a única central sindical fundada na década de 1980, podemos dizer, sem exageros, que a CUT reunia, em seu interior, o que havia de mais vital, dinâmico e insubordinado no movimento sindical brasileiro naquele momento.

Segundo Antunes (1995), a CUT *“nasceu, constituindo-se como um leito natural das várias correntes, tendências, grupamentos e individualidades que atuavam no universo sindical mais combativo”* (ANTUNES, 1995, p. 30). Existiam, basicamente, no interior da CUT, dois grandes blocos: o primeiro, vinculado ideologicamente à social-democracia; e, o segundo, marcado pelo ideário socialista (ANTUNES, 1995). Além disso, a constituição da Central Única dos Trabalhadores foi, em grande medida, fruto dos esforços de setores militantes vinculados à teologia da libertação que, grosso modo, identificavam a fé com a opção pelos pobres e buscavam a superação de várias formas de opressão. Essa entidade era, portanto, o *“escoadouro natural destes grupamentos que empenhavam-se, há muito, na constituição de uma entidade sindical nacional de corte autônomo e independente”* (ANTUNES, 1995, p. 30).

Como se sabe, os setores contrários à fundação da CUT convocaram, alguns meses depois, um outro Conclat e deliberaram a fundação da CGT⁵.

Conforme sintetiza Rodrigues:

Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais

⁵ Retoma-se a sigla que remete ao Comando Geral dos Trabalhadores, criada em 1962. Além disso, é importante registrar que apesar da década de 1990, como veremos adiante, ser um momento de refluxo e arrefecimento, uma importante central, a Força Sindical, foi fundada no começo desta década. Sobre a Força Sindical ver Cardoso & Rodrigues (1993).

próximos do sindicalismo norte-americano, liderados por Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (RODRIGUES, 1991, p.35).

As diferentes formas de conceber a ação sindical e o sindicalismo implicaram na divisão descrita acima. Entre as principais, destacamos o fato de que enquanto a CUT criticava a estrutura sindical e propunha a sua superação, a CGT se dispunha a atuar dentro da legalidade e referendava a estrutura vigente. Por um lado, a CUT, de maneira geral, buscava superar a ordem social baseada na lógica do capital, enquanto a CGT atuava buscando apenas amenizar os efeitos do capitalismo sobre a classe trabalhadora, porém dentro da ordem vigente. Em suma, *“no plano ideológico, enquanto a CUT no seu segundo congresso (1986) manifestava-se oficialmente pelo socialismo, o “sindicalismo de resultados” manifestava-se a favor da economia de mercado.”* (RODRIGUES, 1991, p.36).

1.2 Os anos 1990: O contrafluxo no movimento sindical

Durante os anos 1980, o sindicalismo brasileiro viveu um momento de crescimento e consolidação de suas instituições, tais como centrais e sindicatos, chegando, inclusive, a conquistar representação na esfera propriamente política, através do Partido dos Trabalhadores (PT). Por outro lado, a década de 1990 foi marcada por um cenário bastante adverso para a ação sindical.

Tal como já ocorria nos países centrais do capitalismo, sobretudo na Europa, a abertura da economia brasileira trouxe consigo o processo de reestruturação produtiva que alterou significativamente o mundo trabalho no Brasil, com consequências perversas para os trabalhadores e suas organizações classistas.

Na década de 1990, presenciamos um arrefecimento das mobilizações sociais no Brasil, com uma considerável retração da ação sindical. Os sindicatos encontravam-se acuados. A abertura econômica, as privatizações e as reformas neoliberais contribuíram para minar a atuação do movimento sindical (ANTUNES, 2004) e, em suma, estamos diante da *“mais aguda crise no universo do trabalho, com repercussões fortes no movimento dos trabalhadores”* (ANTUNES, 1997, p.149).

Ao contrastarmos o cenário político e econômico dos anos 1980 e 1990, no Brasil, notamos diferenças centrais. Como foi dito anteriormente, as greves econômicas, isto é, por salários, durante a década de 1980, eram rapidamente convertidas em greves políticas, ou seja, contra o governo. Essa combinação de baixo índice desemprego e inflação elevada, que foi uma espécie de combustível para as ações do sindicalismo, não mais se apresentaram na mesma proporção na década de 1990. Segundo Cardoso:

As condições favoráveis de alta inflação e baixo desemprego foram substituídas por baixa inflação com alto desemprego e informalização, introduzindo um componente de insegurança no trabalho, no emprego e na renda que reduz severamente a propensão dos trabalhadores à ação coletiva. (CARDOSO, 2003, p. 43).

A questão salarial perde a centralidade para o problema da manutenção dos postos de trabalho. A redução salarial é, em muitos casos, não vista como uma derrota dos sindicatos, desde que os postos de trabalho fossem preservados.

No entanto, como se sabe, a orientação ideológica e as formas de atuação das diversas correntes que atuavam no meio sindical brasileiro, nos anos 1980, são marcadas por uma grande heterogeneidade. Temos, por um lado, os líderes sindicais remanescentes do período anterior a 1964, influenciados ideologicamente pelo PCB e os dirigentes sindicais instituídos de forma autoritária pelo governo federal militar, e por outro, o que se denominou “novo sindicalismo”. Em suma, foram, sobretudo, com aquelas duas vertentes sindicais que os “novos sindicalistas” duelaram e disputaram a hegemonia dos sindicatos, com o objetivo de influenciar os seus rumos e se estabelecerem.

A partir da consolidação do processo de reestruturação produtiva no país, que pode ser entendido como uma “ofensiva do capital na produção” (ALVES, 2005), os sindicatos passam por uma redefinição de suas atuações. Se é possível falar que o sindicalismo brasileiro, durante a primeira metade década de 1990, ainda ensaiou alguma resistência (SANTANA, 2002), nos anos finais do século XX passamos a observar aquilo que Antunes chamou de a “*mais aguda crise no universo do trabalho, com repercussões fortes no movimento dos trabalhadores*” (ANTUNES, 1997, p.149). Assim como os anos 1980 são vistos como um período de ressurgimento do sindicalismo brasileiro, na década seguinte instaura-se um forte recuo, ocorrendo uma redução significativa das greves.

A partir desse momento, a discussão sociológica passa a ser marcada por uma polarização central. Seria a crise dos sindicatos um momento contingente ou um caminho

sem retorno? Leôncio Martins Rodrigues, ao analisar os destinos do sindicalismo, distingue o que seria uma crise e o que seria a decadência. Para o autor, decadência é entendida como um colapso, um caminho sem retorno. Já a crise é entendida como um refluxo do sindicalismo, não fechando a possibilidade de ressurgimento e superação de um momento atípico. Para o autor, o sindicalismo estaria em decadência. Ainda segundo Rodrigues: as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical (RODRIGUES, 1999, p. 301). Outro importante analista do sindicalismo no Brasil discorda frontalmente com essa posição, para ele “*o correto é caracterizar o recuo atual como uma fase de crise e de refluxo temporário*” (BOITO, 2003:324). Huw Beynon, ao se indagar se o sindicalismo tem futuro no século XXI, conclui positivamente. Segundo este autor, no entanto, para que os sindicatos possam sobreviver ao momento de crise, é necessário articular ações coletivas que ultrapassem as fronteiras nacionais (BEYNON, 2003).

Bridi e Araújo, em artigo conjunto, abordam o tema de outro ponto de vista. Ao problematizar a noção de crise sindical, as autoras propõem que a crise precisa ser contextualizada, pois

a fragilização e o refluxo da ação sindical, identificados a partir dos anos 1980, não ocorreram de forma homogênea nem simultânea em todos os países. As teses de crise do sindicalismo europeu apenas em parte são similares no Brasil ou demais países latino-americanos (BRIDI & ARAÚJO, 2008, p.5).

Rodrigo Ferreira Nery Silva, ao tratar do caso brasileiro, aponta elementos que contribuíram para corroer as bases do sindicalismo, gerando uma crise de representatividade nos sindicatos e, conseqüentemente, aumentando a disputa pela representação dos trabalhadores entre as centrais sindicais. Ainda segundo o autor, os principais fatores que incidiram na crise do sindicalismo foram as transformações oriundas do processo de reestruturação produtiva, como a “*modernização da produção*”, que diminuiu o número de trabalhadores na indústria e, por tabela, reduziu o número de trabalhadores sindicalizados. Foram criados, também, postos de trabalhos em outros setores, no entanto, o agravante foi “*o fato do movimento sindical não ter tido uma política sindical que integrasse essa nova categoria de trabalhadores às bases sindicais*” (SILVA, 2007, p.78). Ainda segundo Silva, soma-se a isso a “*transferência das empresas dos centros com maior tradição de luta sindical para novas áreas de custo menor*” e os

mecanismos de gestão empresarial “*para que seus funcionários não se sindicalizem*” (SILVA, 2007, p.78).

A partir da análise do caso da greve, objeto da presente pesquisa, o que ela pode revelar em relação à atuação sindical e sua presença no contexto contemporâneo. A construção civil, como sabemos, é um segmento que embora tenha passado por transformações advindas também da reestruturação produtiva, manteve, contudo, o perfil geral dos trabalhadores. Este fator deve ser ponderado, como discutiremos adiante, para caracterizarmos se existe um declínio do sindicalismo ou se estamos diante de uma crise da forma de atuação das representações sindicais.

Conforme discutimos anteriormente, o sindicalismo brasileiro vivenciou distintas fases no último quartel do século XX. Se a década de 1980 foi marcada pela retomada efervescente das grandes manifestações dos trabalhadores, a postura defensiva foi a tônica do movimento operário na década posterior. Nos anos de 2000, por sua vez, a ação sindical brasileira experimentou mais um momento novo na sua trajetória.

Em 2002, a partir eleição para a presidência da república do ex-líder operário, Luís Inácio Lula da Silva, o sindicalismo brasileiro, sobretudo aquele representado pela CUT, viu-se diante do desafio relacionar-se, pela primeira vez na sua experiência, com um governo considerado aliado (ARAÚJO & VERAS, 2011). Se os anos 1990 apontavam uma tendência para a institucionalização e o enfraquecimento do poder sindical, nos anos 2000, durante o governo Lula, essa tendência foi confirmada.

No Brasil, estabeleceu-se uma relação estreita e ambígua entre o movimento sindical, especialmente aquele ligado à CUT, e o governo do país, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse contexto, a autonomia da CUT é visivelmente enfraquecida diante da política de cooptação elaborada pelo governo do PT, fazendo com que a entidade passasse a se comportar, sempre quando requisitada pelo governo, como uma entidade oficial e chapa-branca (DRUCK, 2006). Podemos tomar como exemplo o episódio da aprovação da Reforma da Previdência, em 2003, onde a postura da direção da CUT chocou-se frontalmente com os anseios e expectativas dos trabalhadores da base da Central, especialmente o segmento do funcionalismo público federal. Como consequência da adesão da central ao projeto de reforma defendido pelo governo, a CUT perdeu alguns sindicatos históricos de sua base, com destaque para a representação dos professores universitários do país.

A partir de então tem início um processo de reorganização - *e uma maior fragmentação* - da representação de cúpula do sindicalismo brasileiro, marcado, principalmente, pela saída de sindicatos e correntes sindicais históricos do interior da CUT, que vão, posteriormente, fundar novas centrais sindicais. Dentre estas, destacam-se a Conlutas e a CTB. A primeira é hegemônica por sindicalistas vinculados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que se coloca como oposição de esquerda ao governo Lula e dirige alguns poucos, porém importantes, sindicatos, tais como a Andes e o Sindicato de Metalúrgicos de São José dos Campos. Já a CTB, hegemônica por militantes vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), embora tenha se retirado da CUT, não se retirou do campo governista e, diferentemente da Conlutas, mantém uma relação fraternal com o governo Lula.

Embora os segmentos combativos do movimento sindical brasileiro estejam hoje ocupando cargos estratégicos no Governo Federal e, como consequência disso, tenham aberto mão de uma ação sindical autônoma e combativa, os operários, sobretudo aqueles que atuam no segmento da construção civil pesada, têm demonstrado, nos canteiros de obra do país, uma incrível disposição para articular majestosas ações radicais em defesa de seus interesses e de sua dignidade. Ainda é cedo, porém, para um diagnóstico preciso sobre a prática sindical na década que se inicia, contudo, o que se observa nos canteiros de obra, sobretudo as grandes obras ligadas ao PAC, é que as bases, ou seja, os trabalhadores de base, não são facilmente controlados pelos sindicatos e pelas centrais sindicais e, estes, por sua vez, possuem, de maneira geral, pouca inserção nas categorias e uma enorme dificuldade de colocar-se como representantes de fato dos trabalhadores (VERAS, 2012).

CAPITULO 2

2. Considerações sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Neste capítulo, o nosso objetivo é situar historicamente a emergência e consolidação do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS)⁶. Acreditamos que dois momentos foram decisivos para isso: o primeiro, nos primórdios da década de 1970, que foi marcada por uma polarização entre duas concepções políticas distintas (Eraldo Gueiros Leite, Governador da época versus o projeto anteriormente encabeçado por Miguel Arraes na década nos anos 1960) – ou seja: por um lado as grandes obras estruturadoras do Governo de Eraldo Gueiros, em contraposição aos estímulos dados à pequena produção local. O segundo momento de destaque situa-se, a partir da década de 2000, no contexto da retomada de uma concepção política que redefine a centralidade do Estado como agente controlador e planejador do desenvolvimento econômico e territorial desta região.

O Complexo Industrial e Portuário de Suape – Eraldo Gueiros está localizado entre as cidades de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, situadas na Região Metropolitana do Recife, cerca de 40 km da cidade do Recife. O acesso ao CIPS é feito através da BR-101 ou da PE-60. Em ambos os casos, as condições de conservação das estradas são ruins e é preciso ter paciência e uma dose de sorte para enfrentar o trânsito caracterizado por um enorme fluxo de caminhões e carretas⁷.

⁶ Em 7 de novembro de 1978 a Lei Estadual nº 7.763 criou a empresa Suape Complexo Industrial Portuário para administrar o distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a implantação e exploração das atividades portuárias.

⁷ Algumas reformas e ampliação do acesso estão sendo feitas, no entanto é o processo é lento.



Figura 02: Complexo Industrial e Portuário de Suape, Pernambuco.
FONTE: CONDEPE/FIDEM, 2009.

Do total da área do CIPS, ou seja, dos 13.500 hectares, cerca de 40 % faz parte de Ipojuca, sendo os 60% restante parte da cidade do Cabo de Santo Agostinho. A área realmente ocupada pelo CIPS é denominada de Território Legal de Suape. Já o Território Estratégico de Suape, exposto na figura 03, compreende a área de influência direta e indireta e abrange as seguintes cidades: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada.

A área total que corresponde ao Território Estratégico de Suape⁸ é 1.774.07 km², que corresponde a 1,8% do total do território do Estado de Pernambuco. A população total correspondia, até 2007, a 1.011.276 habitantes⁹, ou seja, 12% da população de Pernambuco. As principais atividades econômicas desenvolvidas na região são a agropecuária, o turismo e a indústria de transformação. Em 2003, o PIB foi de R\$ 9.833,1 milhões, o que significa 23,3% do PIB de Pernambuco e 36,7% do valor total da região metropolitana. Em 2005, a renda per capita do Território Estratégico de Suape era igual de R\$ 10.791, já a do estado correspondia a R\$ 5.931 (IBGE, 2009).

⁸ Para um aprofundamento mais detalhado sobre o Território Estratégico de Suape ver: <http://200.238.107.83/web/condepe-fidem/caracterizacao-do-territorio> Acessado em: 26 maio 2012

⁹ Ver projeção na tabela 1, página 31.



Figura 03: Território Estratégico de Suape

FONTE: CONDEPE/FIDEM (2008a) Plano “Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma Ocupação Sustentável”.

Ainda segundo os dados disponibilizados pela Agência Codepe/Fidem, a densidade demográfica registrada em 2007, correspondia 570 habitantes por km². O valor para o estado de Pernambuco, no mesmo ano citado, era 86 hab./Km². A região possui 94,3% do seu território urbanizado (2007) e um déficit de cerca de 40.000 unidades habitacionais (2006).

Apesar das grandes cifras relativas ao Complexo Industrial e Portuário de Suape datarem principalmente da primeira década do século XXI, a ideia de construir um porto que impulsionasse o crescimento econômico de Pernambuco já tem mais de trinta anos. Foi durante a década de 1960, durante o governo de Nilo Coelho (1967-1971), que se iniciaram as primeiras sondagens para a viabilização desse grande projeto. No governo de Eraldo Gueiros, em 1974, foi lançada a Pedra Fundamental do Porto de Suape. No entanto, apenas em 1978, já durante o governo de Moura Cavalcanti (1975-1979), através da lei 7.763/78, foi criada a empresa Suape Complexo Industrial e Portuário - Governador Eraldo Gueiros.

Suape foi, desde seu início, objeto de polêmicas delimitadoras de fronteiras políticas. A exemplo, em abril de 1975, economistas, sociólogos, ecologistas, historiadores e geógrafos publicaram um manifesto contra o projeto do Porto de Suape, chamado pela imprensa sarcasticamente como o "Manifesto dos Cientistas", idealizado por Clovis Cavalcanti, também primeiro signatário do referido manifesto.¹⁰ Cabe destacar aqui o caráter revolucionário e atual de dito manifesto, que tinha o objetivo de denunciar os impactos do empreendimento de Suape, não somente ambientais como sociais. Assim argumentava o Manifesto em contraposição ao projeto do Porto:

Pois bem parece oportuno tornar público agora que a ideia de realização do complexo industrial portuário de Suape não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana. (...) O que há de relevante a examinar no que toca a Suape são variáveis que envolvem, inclusive, uma apreciação baseada em critérios puramente econômicos, dentro do figurino do mais rigoroso raciocínio analítico, da significação em termos sociais do projeto (CAVALCANTI, 1975, p, 01).

A partir de 1975, iniciam-se as obras para dotar o local de uma infraestrutura básica que viria permitir o seu funcionamento portuário em 1984. Concebido para ser um polo atrativo de indústrias, o CIPS foi pensado como um projeto estrutural para promover o desenvolvimento regional. Inspirado nos exemplos de Marseille-Fos (França) e Kashima (Japão), o CIPS foi projetado para unir indústrias em torno de um porto¹¹.

Em 1987, após a desativação do Porto do Recife, o CIPS passou a atrair cada vez mais atenções para si, chegando a ser considerado um dos 11 portos mais importantes do país em 1991, pela Secretaria Nacional dos Transportes, vinculada ao Ministério da Infraestrutura.

É, no entanto, na década de 2000, com o início de alguns grandes empreendimentos, que o Complexo Industrial Portuário de Suape deslança de fato. Entre os principais, temos: a Refinaria General José Ignacio Abreu e Lima, produto de uma parceria entre o governo estadual, o governo federal e o governo da Venezuela; a instalação da Transpetro, subsidiária da Petrobrás; e por fim, o Estaleiro Atlântico Sul,

¹⁰ Entre os intelectuais signatários do manifesto encontram-se o ecologista Joao Vasconcelos Sobrinho (1908-1989), o sociólogo Renato Carneiro Campo (1930-1977), o historiador José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002), o economista Renato Duarte e o sociólogo Roberto Martins. Para a visualização do manifesto ver o blog do economista Clóvis Cavalcanti. Disponível em: www.cloviscavalcanti.blogspot.co.uk/p/manifesto-suape.html Acessado em 26.07.2012.

¹¹ Site do CIPS www.suape.pe.gov.br/home/index/php - Acessado em: 13 de março 2012

pertencente ao grupo Camargo Correia e Queiroz Galvão, em parceria com a coreana Samsung.

Os números relacionados ao CIPS entusiasma a muitos, levando o jornal Folha de São Paulo, em matéria especial recente, a publicar a seguinte manchete: “Pernambuco vive sua revolução industrial”¹². De acordo com este jornal, Suape é o “combustível” responsável pela elevação do PIB pernambucano, que, em 2010, cresceu 15,78%, chegando a R\$ 78 bilhões. Ainda de acordo com a matéria da Folha, os números do crescimento econômico expressam-se também na elevação da renda per capita de Pernambuco (quase R\$ 10 mil), que ultrapassou a média do Nordeste (R\$ 7.488), mas ainda continua abaixo da média nacional, que é de quase R\$ 16 mil.

Tabela 01: PIB e Per Capita do Território Estratégico de Suape (2006)

Municípios	PIB em R\$ (milhões)	PIB Per Capita (R\$)
Cabo de Santo Agostinho	2.838	16.486
Escada	221	3.792
Ipojuca	4.307	61.959
Jaboatão dos Guararapes	4.736	7.272
Moreno	199	3.519
Território Estratégico de Suape	12.303	12.165
Região Metropolitana	32.876	9.806
Pernambuco	55.504.917	6.528

FONTE: IBGE (2009a) / Agência Condepe/Fidem (2008)

Podemos observar também que, de acordo com o quadro abaixo, a taxa de crescimento do PIB pernambucano é superior à taxa de crescimento de outros estados do Nordeste e, também, supera o ritmo do Brasil.

¹² BRITO, AGNALDO (2011) Pernambuco vive sua revolução industrial *Folha de São Paulo - Mercado*. 06 mar 2011 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/884917-pernambuco-vive-sua-revolucao-industrial.shtml>, Acessado em: 28 de setembro de 2011.



Figura 04: Evolução do PIB de Pernambuco e comparação com resto do país.

FONTE: Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco *apud* IstoÉ, 2010.

O ritmo do crescimento de Suape esteve sempre condicionado a dois fatores: por um lado, oscilou de acordo com as variações conjunturais da economia brasileira, por outro lado, dependeu da importância que os diversos governos deram aos investimentos na região. Neste caso, o fator determinante foi que, apesar das diferentes concepções político-ideológicas dos governantes que se sucederam o comando do Estado de Pernambuco, o plano diretor de Suape permaneceu o mesmo. Como analisa Sérgio Kano, ex-presidente do Complexo Portuário: “Num Estado que sempre teve uma história de divisões claras entre dois lados políticos, conseguir que um projeto que evoluiu ao longo de mais de 30 anos sempre na direção firmada em seu plano diretor original foi realmente uma grande vitória para Pernambuco”¹³ (KANO, 2010, p. 54).

Além dos fatores que mencionamos acima, acrescentamos ainda um terceiro elemento, não menos importante e que sem dúvidas interfere diretamente na a quantidade de investimentos públicos: a afinidade entre o projeto político do Governo Federal e do Governo Estadual.

Em 1999, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), afirmou, na ocasião da inauguração do porto interno de Suape, que "não foi possível fazer tudo em Pernambuco. Antes havia dificuldades políticas, desavenças. Hoje, o Estado está unido

¹³ Entrevista de Sérgio Kano concedida a Revista Algo Mais. Ver: KANO, Sérgio. *Contratos Milionários no Complexo de Suape* [Abril 2010] p.54 Recife: Revista Algo Mais. Ano 4. No 49. Disponível em : www.revistaalгомais.com.br/blog/wp-content/ea/edicao49.pdf Acessado em: 13 de março 2012

em torno de um líder, apoiado por outro líder, que são Jarbas e Marco Maciel”¹⁴. O discurso de FHC foi uma indireta a Miguel Arraes (PSB), ex-governador de Pernambuco, que rebateu: "Ele (FHC) só confirma o que dizemos há muito tempo, ou seja, que o presidente da República, para prejudicar o Governo de um adversário político, impediu a transferência de recursos para o Estado, punindo a população”¹⁵.

Em nossa avaliação, o dinamismo que marca o Porto de Suape, nos anos 2000, pode ser explicado a partir da convergência dos diversos fatores mencionados acima, que são: 1) Retomada do crescimento econômico nacional, o que permite que o Estado brasileiro disponha de mais recursos para investir; 2) A concepção política dos governantes, que ao propor uma maior intervenção do estado na economia, canaliza esforços para promover o desenvolvimento regional; 3) O fato de o plano diretor de Suape ter permanecido inalterado, quase como uma política de estado, mantendo certa autonomia em relação às mudanças de governo; 4) e, por fim, o alinhamento político entre os governos federal e estadual, permitindo que o crescimento da economia brasileira fosse capitalizado por Pernambuco.

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, no Governo Lula, pode ser tomado como exemplo do que mencionamos acima. Como foge aos objetivos deste trabalho, não adentraremos numa discussão mais aprofundada em relação ao PAC. Pontuaremos apenas algumas questões para que tenhamos uma melhor compreensão em relação ao pano de fundo no qual se dão as grandes obras em Suape e, também, como veremos mais adiante, a retomada do crescimento no setor da construção civil.

O PAC, segundo o documento oficial disponibilizado pelo Governo Federal, é um conjunto de medidas que visa “incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento” (PAC, 2007, p.2).

As medidas elencadas no PAC estão classificadas em cinco eixos, sendo eles: investimento em infraestrutura; estímulo ao crédito e financiamento; melhora do

¹⁴ Arraes: discurso de FHC em Suape comprova discriminação *Jornal do Commercio - Política*, 09 de out 1999 Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0910/po0910a.htm. Acessado em :28 de junho 2012

¹⁵ Arraes: discurso de FHC em Suape comprova discriminação *Jornal do Commercio - Política*, 09 out 1999 Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0910/po0910a.htm. Acessado em :28 de junho 2012

ambiente de investimento; desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e, por fim, medidas fiscais de longo prazo (PAC, 2007).

Em linhas gerais, o PAC consiste numa busca de elevação da taxa de crescimento da economia brasileira, para 5 % ao ano, e, para isso, busca criar as condições necessárias para que o Brasil se torne um país atrativo, sinalizando para o grande capital privado que aqui terão segurança e retorno dos seus investimentos. Uma das muitas críticas feitas ao PAC refere-se ao fato do programa impor limitações aos gastos com o funcionalismo público. Segundo o economista da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida, Rodrigo Vieira de Ávila:

Uma das medidas do PAC é o Projeto de Lei Complementar (já editado) que limita os gastos com servidores. Ele altera a “Lei de Responsabilidade Fiscal”, e diz que o gasto com funcionalismo somente poderá aumentar pela inflação mais 1,5% de aumento real, pelos próximos 10 anos (dentro da ideia do Déficit Nominal Zero). Esta medida elimina a possibilidade da recuperação, pelos servidores, das perdas passadas, uma vez que o próprio crescimento do número de servidores (pela realização de concursos públicos) ou a progressão na carreira dos servidores em atividade já consome a maior parte deste 1,5% de aumento real anual (ÁVILA, 2007, p.3).

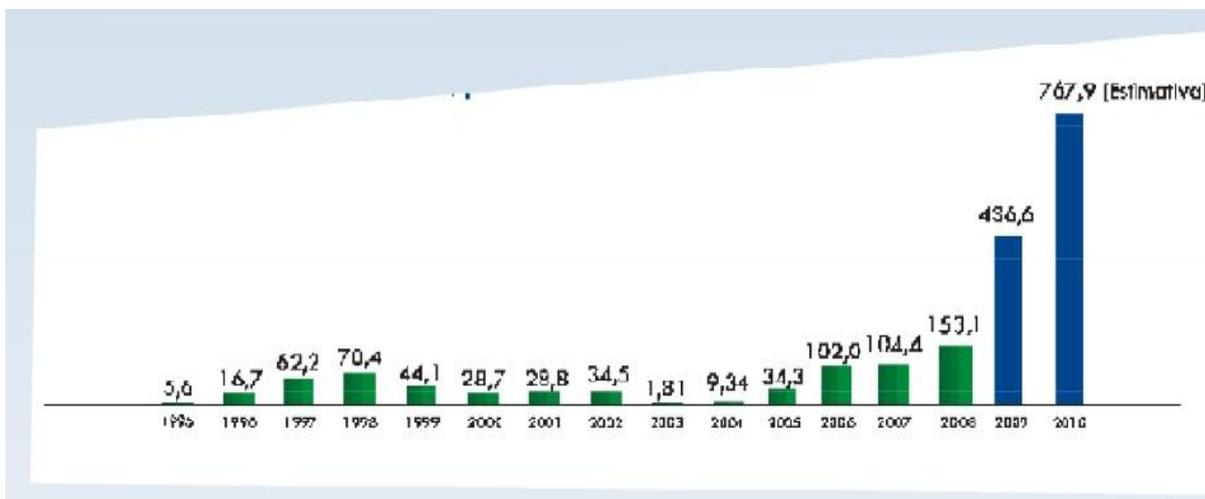
Assim, o PAC aparece como um plano de governo baseado em uma ideologia do desenvolvimento que privilegia os investimentos no setor privado e a criação de condições para a instalação e crescimento de empresas privadas, justificadas pela geração de empregos e aquecimento da economia.

Tanto é assim, que segundo Ávila:

um detalhe importante dessa medida é que este limite - de aumento real de 1,5% ao ano - é para a folha de pagamento como um todo, ou seja: algumas categorias de servidores podem receber aumentos diferenciados. Ou seja: trata-se de incentivar uma guerra entre os próprios servidores, que terão de disputar entre si os poucos recursos para seus respectivos reajustes (ÁVILA, 2007, p. 02).

O projeto Suape, que se compatibiliza bem à concepção de desenvolvimento hegemônica no Brasil, foi alvo de investimentos maciços que cresceram consideravelmente a partir de 2006, como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 01: Percentual de recursos público investidos na região de Suape de 1995-2010)



FONTE: GOVERNO DE PERNAMBUCO. (2010). *Relatório PAC programa de aceleração do crescimento: Suape 2010*. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Governo de Pernambuco.

Ainda, de acordo com o comparativo apresentado no relatório do PAC-Suape, temos que entre 1995 e 1998, foram investidos R\$ 155 milhões; entre 1999 e 2002, foram investidos R\$ 136, 1 milhões; entre 2003 e 2006, R\$ 147,6 milhões; entre 2007 e 2010, R\$ 1,462 bilhão.

Podemos observar que os números praticamente dobraram no final da década. Nesse caso, a aplicação de recursos públicos em grandes obras de infraestrutura é uma clara sinalização aos investidores privados de que o Estado está disposto a equipar a região com o instrumental necessário que permita a acumulação de capital em condições favoráveis. Diante disso, a quantidade de dinheiro privado também aumentou em um ritmo sem precedentes. Até 2006, os recursos privados eram de US\$ 2,2 bilhões, já entre 2007 e 2010, esse valor passou para US\$ 17 bilhões¹⁶.

2.1 O outro lado do crescimento econômico

¹⁶ GOVERNO DE PERNAMBUCO. (2010). *Relatório PAC programa de aceleração do crescimento: Suape 2010*. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Governo de Pernambuco, p.12.

Tomando o mote sugerido pelo título da matéria publicada na Folha de São Paulo, “Pernambuco vive sua revolução industrial”, abordaremos, nesta sessão, algumas das consequências dessa “revolução”. Continuando a analogia, é preciso lembrar que a revolução industrial, ocorridas na Europa nos séculos XVII e XVIII, não foi realizada apenas com a introdução da máquina a vapor e de outros avanços tecnológicos.

Como sabemos, uma consequência da revolução industrial foi o desemprego em massa, causado pela introdução do novo maquinário. Além disso, as cidades industriais passaram a ser polos atrativos de grandes contingentes de trabalhadores, tal como Marx analisa quando descreve o processo de acumulação primitiva em *O Capital*, e o conseqüente crescimento desordenado das cidades. As mazelas decorrentes desses processos são várias: problemas estruturais de habitação, poluição do meio ambiente, aumento da violência e do consumo de drogas na localidade, entre outros. Em relação à Suape, colocamos a seguinte questão: Quais são os impactos e as consequências dessa “Revolução Industrial”?

Os problemas sociais vieram junto com o aumento estrondoso da população. Os jornais locais trazem, frequentemente, matérias abordando algum aspecto do problema. Os temas vão desde a expulsão das comunidades locais e demolição de suas casas, a questões referentes ao aumento da violência, do consumo de drogas e da prostituição.

As cidades que compõem o território estratégico de Suape, todas situadas na região metropolitana de Recife, têm sido palco de inúmeras e rápidas transformações nos mais diferentes aspectos. Em primeiro lugar, é preciso destacar o aumento populacional naquelas cidades. Considerando os dados oficiais da Condepe/Fidem, o déficit habitacional, no território estratégico de Suape, em 2006, era de 40 mil unidades habitacionais. As projeções apontam ainda que este número duplicará nos próximos anos. Abaixo, temos um quadro com projeções em relação ao aumento populacional.

Tabla 02: População dos municípios que compõe o território estratégico de Suape.

Localização	Ano						
	2007	2010	2015	2020	2025	2030	2035
Cabo de Santo Agostinho	163.139	169.654	176.830	183.374	189.371	194.613	199.021
Escada	59.850	61.459	63.230	64.846	66.327	67.621	68.709
Ipojuca	70.070	76.987	84.606	91.553	97.921	103.486	108.165
Jaboatão dos Guararapes	665.387	719.136	778.330	832.312	881.790	925.033	961.390
Moreno	52.830	55.154	57.714	60.048	62.188	64.058	65.630
Território Estratégico de SUAPE	1.011.276	1.082.390	1.160.710	1.232.133	1.297.597	1.354.811	1.402.915
RMR	3.658.318	3.863.974	4.090.458	4.297.009	4.486.316	4.651.772	4.790.879
Pernambuco	8.485.386	8.848.948	9.249.342	9.614.484	9.949.160	10.241.661	10.487.585

FONTE: IBGE (2009) / Agência Condepe/Fidem (2008b)

Um morador da região, ao expressar a percepção que tem das transformações ocorridas na sua cidade, afirma: *“Aqui era um lugar pacato. A gente conhecia todo mundo. Agora não conhecemos mais ninguém. Chegaram esses homens com palavreados diferentes e tomaram os bairros, as praias. A cidade virou dormitório de Suape”*¹⁷.

O aumento massivo do número de “homens de firma”¹⁸, como também são conhecidos os trabalhadores de Suape, alterou consideravelmente a rotina das cidades, sobretudo Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, onde está localizado o território legal de Suape.

Segundo a administração de CIPS, cerca de 20% dos trabalhadores são oriundos de regiões externas ao território estratégico de Suape. Uma parcela desses trabalhadores reside em alojamentos construídos pelas próprias empresas, como o da Odebrechet, com capacidade para 1.296 trabalhadores; da Camargo Correia, com capacidade para 3.500; da KMA, que aloja 992 funcionários; e Conest, que comporta 3.688. A outra parte, geralmente os contratados por empresas terceirizadas, moram em casas alugadas na localidade, que são adaptadas, muitas vezes precariamente, para servirem como alojamentos.

É comum, durante uma caminhada nos arredores de Suape, observarmos que muitos antigos moradores da região de Suape estão reformando suas casas, ou seja,

¹⁷ MOREIRA, Saulo. *Redenção e Contradição: Uma reflexão para o futuro*. - Duas obras mais de 38 mil homens. *Jornal do Commercio*, Recife, 12 Ago 2011, p.01-11 Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape_PDF.pdf -Acessado em: 21 de maio .2012

¹⁸ Essa expressão aparece descrita no documentário realizado pela jornalista Marcionita Teixeira titulado “Filhos de Suape”, publicado pelo Diário de Pernambuco entre 8 e 13 de maio 2011 onde se denuncia a exploração e aliciamento de menores na Região Estratégica de Suape. A matéria está disponível na íntegra em: www.slideshare.net/jairoblima/filhos-de-suape Acessado em: 03 fevereiro 2012

construindo alguns cômodos a mais, para que possam alugar aos trabalhadores que não estão nos alojamentos oficiais, isto é, aqueles construídos pelas empresas¹⁹. Aqueles moradores com mais recursos para investir constroem pousadas projetadas com a finalidade exclusiva de servir como alojamentos. O aumento do valor do aluguel faz, ainda, com que alguns moradores de Suape aluguem suas residências e vão morar em outra região. Estima-se que, por conta da especulação imobiliária, o preço dos aluguéis, naquela região, tenha aumentado cerca de 20% em 2010²⁰.

2.2 Os trabalhadores e as condições de trabalho

Os grandes empreendimentos em Suape geraram uma forte expectativa de emprego na população local. A ampla divulgação das vagas, feita pela mídia, reavivou o sonho do primeiro emprego, assim como a possibilidade de voltar a ter carteira assinada e, conseqüentemente, a reinserção numa rede social de direitos gerados a partir do contrato de trabalho formal. Como exemplo, citamos a fala de uma operária:

Esse é o meu primeiro emprego. Antes eu era uma dona de casa, agora sou metalúrgica-soldadora do Estaleiro Atlântico Sul, que vai construir grandes navios. O presidente Lula sabe o que isso significa. Me sinto honrada em fazer parte disso, em saber que cada um desses navios terá um pedacinho de mim.

Enormes filas se formaram nas agências de emprego do Estado e houve uma grande procura pelos cursos de qualificação oferecidos pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)²¹. Recentemente, o Porto de Suape, em parceria com a

¹⁹ Os alojamentos são considerados uma extensão do canteiro de obras e, portanto, suas especificações e dimensões devem se enquadrar às Norma Regulamentadora número 18 (NR-18). No caso das residências que servem como alojamentos, é comum encontramos muitos casos de desrespeito à lei.

²⁰ Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Pernambuco (Ademi-PE), publicado no jornal comércio (especial SUAPE).

²¹ Segundo matéria divulgada pelo Estado de São Paulo, o número de alunos formados aumentou de 19,4 mil, em 2003, para 48,6 mil, neste ano - um aumento de 150% derivado das demandas de trabalhadores que desejam trabalhar no Complexo Industrial e Portuário de Suape. LACERDA, Angela (2010) Empresas 'lançam' instrutores do SENAI para vagas. O Estado de São Paulo. Economia e Negócios. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,empresas-lacam-instrutores-do-senai-para-vagas,602233,0.htm> Acessado em: 03 de abril 2012.

Secretaria Especial de Juventude e Emprego do Estado, impulsionou a criação de uma Agência do Trabalho especificamente para facilitar a contratação de mão-de-obra.

Apesar da euforia provocada com a geração de empregos, as relações de trabalho no Complexo Industrial Portuário de Suape não têm sido pacíficas. Algumas das empresas citadas, anteriormente, têm sido palco de tensões e conflitos trabalhistas. O aumento massivo da quantidade de trabalhadores traz novos desafios para a ação sindical organizada. Uma das principais dificuldades consiste em articular demandas dos trabalhadores com perfis distintos e, em alguns casos, com trajetórias bastante díspares.

Como discutimos anteriormente, o capital impôs inúmeras mudanças ao trabalho no chão da fábrica, reestruturou sua forma de produzir e gerenciar a força de trabalho, visando, entre outras questões, evitar a concentração de grandes contingentes de trabalhadores.

No entanto, no setor da construção civil, a reestruturação produtiva tem sido marcada mais pela introdução de novas tecnologias na confecção dos materiais e menos pela adoção de novas máquinas (DIEESE, 2001). No que diz respeito às relações de trabalho, é prática comum, atualmente, que a empresa construtora responsável por determinada obra, terceirize, através de subempreiteiras, um amplo leque de atividades. Para os trabalhadores o “processo de terceirização se coloca não mais como tendência, mas como realidade no setor, significa precarização - sob o eufemismo da “flexibilização” das condições de trabalho -, perda de renda e dificuldades de fiscalização por parte do sindicato” (DIEESE, 2001, p. 7).

No último ano, tem se veiculado, através dos diversos meios de comunicação, notícias cada vez mais frequentes sobre os conflitos trabalhistas nas grandes obras em curso no país. Ocorreram manifestações de trabalhadores em Jirau, Belo Monte, Pecém, Suape etc..

O que essas grandes obras têm em comum é o fato de concentrarem milhares de trabalhadores no mesmo espaço, em condições degradantes de trabalho. São trabalhadores das mais diversas regiões do país, que se deslocam em busca de emprego para proverem seu sustento. Muitos estão, portanto, desenraizados, sem vínculos sociais, distante da família e dos amigos. O sonho e, sobretudo, a necessidade de obter o emprego, ter acesso ao mercado formal de trabalho com segurança social são os fatores que impulsionam esses trabalhadores a percorrerem as distantes zonas do país.

Em 2008, houve a primeira greve dos trabalhadores do Estaleiro Atlântico Sul²², que durou três dias. Os trabalhadores reivindicavam a redução da carga horária de 12 horas, o fim do desvio de função e do assédio moral, melhoria na qualidade da comida servida, entre outras reivindicações.

Nesta paralização, referida acima, o principal sindicato foi o dos metalúrgicos, que conseguiu mobilizar também o Sindicato dos Petroleiros, o Sindicato dos Químicos e o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil – todos representantes dos trabalhadores do Consórcio de Terraplanagem, responsável pelas obras da Refinaria Abreu e Lima. Consideramos que a relação entre sindicatos de diferentes categorias é um elemento a ser destacado. Os sindicatos não tem conseguido ir além das demandas específicas de suas categorias e, até o momento, não foram capazes de articular uma ação unificada dos diversos segmentos de trabalhadores do polo.

Em novembro de 2010, houve uma paralisação no Consórcio Conest-Rnest, dessa vez motivada pela isonomia salarial. Segundo informações retiradas do Jornal do Commercio:

o vice-presidente da Confederação dos Trabalhadores da Indústria Pesada, Adalberto Galvão, conta que as diferenças chegavam a R\$ 1.000. Um soldador baiano ganhava R\$ 2.500, mesmo salário do seu Estado de origem, enquanto que o pernambucano recebia R\$ 1.500 (JORNAL DO COMMERCIO, 20/02/2011).

O trecho citado acima nos chama a atenção para a convivência entre trabalhadores com trajetórias profissionais bastante díspares. Uma parcela significativa dos trabalhadores pernambucanos é oriunda do trabalho rural em canaviais e, portanto, em sua maioria, não possuem um histórico de participação em greves. Aceitam de forma mais “passiva” determinadas condições de trabalho consideradas precárias, tema retomado abaixo. Já os trabalhadores vindos de outros estados, sobretudo daqueles provenientes de um polo industrial, como é o caso da Bahia, teriam menor tolerância ao trabalho precarizado e, portanto, maior disposição em se envolver em ações coletivas²³.

A procedência dos trabalhadores tem sido apontada como um ponto de conflito e de classificação. Segundo matéria publicada pelo Jornal do Commercio, 52,6% dos

²² Criado em novembro de 2005, sediada no território legal de Suape, tendo como sócios os grupos Camargo Corrêa e Queiroz Galvão.

²³ Reafirmamos o caráter hipotético dessas afirmações, necessitamos aprofundar e ampliar as pesquisas de campo para comprová-las ou refutá-las.

trabalhadores são pernambucanos e 47,4% procedentes de outros 25 estados da Federação, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

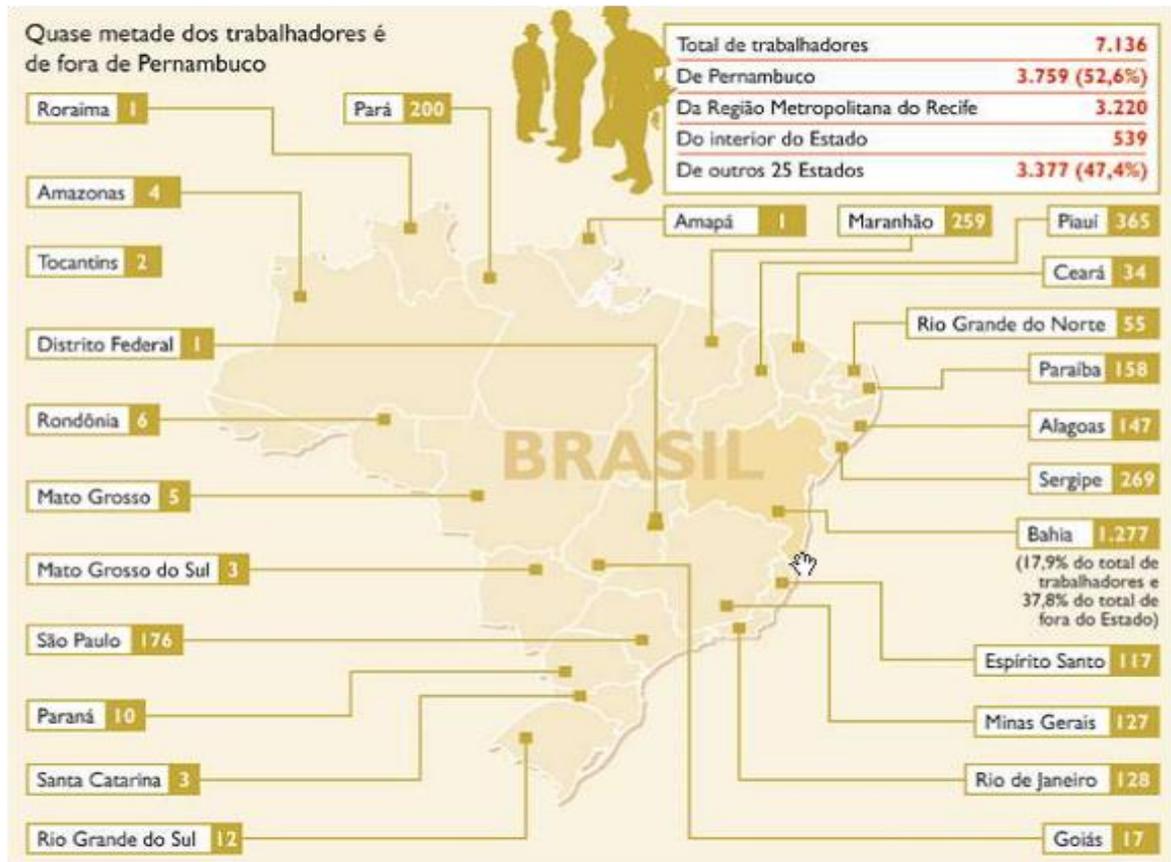


Figura 05: Quadro esquemático da procedência dos trabalhadores da Petroquímica (Odebrecht-Conest) em Pernambuco.

FONTE: Jornal do Commercio com informações da Odebrecht e Conest sobre obras da Petroquímica (20/02/2011).

Os trabalhadores vindos de outros estados são conhecidos como “trecheiros”. Compartilham o fato de percorrem as mais diversas regiões do país em função da oferta de emprego em grandes obras. Trazem consigo as experiências em relação os conflitos presenciados durante essa trajetória itinerante.

Nesse sentido, um dos trabalhadores que entrevistamos para essa pesquisa, Ramon²⁴, ao se referir aos trecheiros, afirma que:

Esse pessoal que corre trecho, que já trabalhou no Rio, já trabalhou na Bahia, em Camaçari, em Minas Gerais, esse pessoal aí ele não traz só uma experiência profissional, ele traz também uma experiência de

²⁴ Ver descrição detalhada dos entrevistados no tópico “3.1 – Os entrevistados e a aproximação do objeto de estudo”, no capítulo 3 (página 44).

luta, muitos desses caras participaram, mesmo que não de frente, mas participaram de greve, por exemplo, em Angra, no ABC, em Camaçari, então quando eles vêm, eles traz com ele uma carga de experiência, de luta, de enfrentamento, às vezes radicalizado. Muitos colegas meus participaram de greve mesmo, de enfrentamento com polícia, de tocar fogo em alojamento.

Já os trabalhadores de Pernambuco podem ser divididos em dois grupos. O primeiro é composto por aqueles que trabalhavam na agricultura e, em muitos casos, no corte da cana-de-açúcar. O segundo grupo é formado pelos trabalhadores vindos de outras regiões e que trazem consigo suas experiências. Para os primeiros, trabalhar em Suape significa uma melhoria na sua condição social, ainda que existam problemas. São chamados de peão “cabaço” pelos trabalhadores vindos de fora, os trecheiros. O apelido é decorrente da inexperiência profissional no setor em que estão trabalhando atualmente, bem como as ações coletivas no mundo do trabalho. Normalmente, são contratados para ocupar os postos de trabalho mais baixos na hierarquia da obra. Recorremos novamente ao nosso informante anterior, Ramon. Segundo ele:

É...eu vejo lá muito isso. Lá na Conest mesmo, carpinteiro, armador de ferragem, ajudante, boa parte dos pernambucanos que tão lá, eles trabalhavam em usina, usina em Ipojuca, em Bonito etc.

P: Carpinteiro?

Carpinteiro, armador de ferragem e pedreiro. Aí o que é que a Odebrecht fez? Eles trabalhavam em usina, cortavam cana, se você pegar a carteira de trabalho lá tem dizendo: "ajudante agrícola", o cara que corta cana, então o que acontece? Quando a Conest chamou esse pessoal, a Conest deu um curso, então profissionalizou o cara, então pra esses caras, na cabeça deles, a empresa tá fazendo muito pra eles, pra vida deles, por quê? Por que o cara cortava cana e estava tendo um curso, e tava ganhando uma profissão, e pra eles, o seguinte, só o fato, as vezes o salario pode ser pouco, mas só o fato do ônibus pegar ele deixar e ele na frente de casa, um ônibus confortável, as vezes com ar-condicionado, isso pra ele é como se fosse um status, tá entendendo?

Como podemos constatar, ainda que ocupem os cargos mais baixos, estar empregado em Suape significa uma elevação no status social daqueles trabalhadores. É comum encontrarmos, nos finais de semana, trabalhadores caminhando com seus uniformes, mesmo que não estejam em dia de trabalho. Antes, em uma sociedade onde uma boa parcela das pessoas trabalhava na agricultura, o maior prestígio social era atribuído aos que conseguiam emprego no comércio local. Hoje, no entanto, após o início das grandes obras, o maior reconhecimento social está voltado para os “homens de

firma”, isto é, os trabalhadores das empresas localizadas no complexo industrial de Suape, que desfilam orgulhosos com seus uniformes. Conforme Ramon:

Então é o que acontece lá em Ipojuca principalmente. Se você for em Ipojuca, muita gente, final de semana mesmo, tá andando com a farda da empresa (risos), por que isso é status pra ele, porque antes o status, em Ipojuca, era você trabalhar em comércio, agora, não, status é trabalhar em Suape, lá Ipojuca e Cabo.

Podemos mencionar também o fascínio que o uniforme provoca entre as mulheres da região de Ipojuca e Cabo. Segundo Maria José Bezerra, gerente do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (Creas) do Cabo de Santo Agostinho, em entrevista concedida ao *Jornal do Commercio*²⁵ afirma que.

As adolescentes veem no crachá de Suape o futuro e a esperança. Muitas moram nos engenhos da região e descem para a cidade e as praias ao encontro de homens. De dois anos pra cá, aumentou 22% o número de jovens grávidas que atendemos aqui ”(MOREIRA, 2010: p.09)”.

Notamos que existe uma identidade gerada a partir do uniforme, ao que seria o ápice do mercado de trabalho formal. No comentário feito por Ramon:

A gente fica brincando, fica dizendo assim: porra, esse cara é doido! Final de semana (...) é na moral mesmo, o cara lava a farda, porra... bota o jaleco, aquela porra e vai sair, po! Pra passear, não é pra trabalhar, é pra passear na cidade, pra dizer: "tô empregado, tô trabalhando em Suape" Independente do salário, isso é com o pessoal daqui, por isso essa rixa da galera de fora com o pessoal aqui.

A rixa referida por Ramon está diretamente relacionada, entre outros fatores, ao significado que os distintos grupos de trabalhadores atribuem ao que seria trabalhar em Suape. Como veremos no capítulo seguinte, ao analisar a grande greve de 2102, isso tem implicações diretas para a configuração das ações coletivas desses trabalhadores e coloca o sindicato diante um desafio jamais enfrentado nessas proporções. Recorremos a mais um trecho da entrevista citada:

P: Com o pessoal de fora esse deslumbramento é diferente?

²⁵ MOREIRA, Saulo. *Redenção e Contradição: Uma reflexão para o futuro*. *Jornal do Commercio*, Recife, 12.08.2011, p.01-11 Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape_PDF.pdf -Acessado em: 21 maio .2012

R: Não tem isso, né? Por que os caras roda, tal, tudinho... Mas isso é com o pessoal, aí tem também as diferenças, o pessoal que trabalhava aqui já em área metalúrgica, em construção civil, já tem uma outra consciência, a gente diz que é a galera que fecha com o pessoal de fora, com os trecheiros. Por quê? Porque isso pra eles não importa, tá se fudendo ali não é status nenhum, é a condição que ele encontrou pra sobreviver. Então o pessoal que vem do campo já é diferente, tá entendendo? Então isso que tu falasse existe, é motivo às vezes de conflito, de agressão física mesmo e de muita divergência. Por quê? Porque o pessoal não consegue entender, os peões que vêm de fora não conseguem entender a cabeça da galera. É essa turma também não consegue entender, porque eles fazem: porra, porque é vocês tão fazendo isso, com a empresa que tá dando tanto pra gente? Tá entendendo? Então fica esse negócio.

A fala acima nos remete a uma espécie de mosaico e revela algumas das principais clivagens no interior da massa que chamamos de classe trabalhadora em Suape. Ainda que tenhamos identificado as principais classificações possíveis entre os trabalhadores de Suape, não dispomos de dados suficientes para traçar um perfil preciso destes trabalhadores. No entanto, levando em consideração outras grandes obras que estão acontecendo atualmente no país, tais como a construção da Usina Hidrelétrica de Jirau (RO) e a Usina Hidroelétrica de Belo Monte (PA), a construção dos diversos estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014, é possível inferir que esses trabalhadores partilham um perfil em comum.

CAPITULO 3:

3. A Greve: Para não dizer que não falei das Flores

Tomamos o caso da primeira greve dos trabalhadores da construção civil, ocorrida entre fevereiro e março de 2011, para refletir como tem ocorrido a articulação política e mobilização social dessa categoria em Suape. Como sabemos, as formas que a resistência operária assume não se limitam unicamente a grandes manifestações visíveis pela mobilização de massa ou pela repercussão midiática que geram, como greves, paralisações, piquetes, passeatas etc.

A resistência operária assume uma forma mais sutil, com menos visibilidade e que se expressa no microcosmo nos locais de trabalho, no dia-a-dia do chão da fábrica e nos canteiros de obra, ou seja, em outros termos, no cotidiano das relações de natureza intrinsecamente conflitiva entre capital e trabalho. É o que ocorre, por exemplo, quando os trabalhadores reivindicam, aos seus chefes imediatos, um maior intervalo para um cafezinho ou ida ao banheiro, um tempo para fumar um cigarro ou beber água, ou, ainda, quando propositalmente diminuem a intensidade da produção para se opor às pressões constantes das gerências.

Nessa pesquisa, contudo, não nos propomos a captar estas 'microformas' de resistência. O nosso propósito é simplesmente investigar, a partir dessa greve específica, quem foram os principais atores envolvidos e qual a dinâmica da relação entre eles. Essa aproximação nos ajudará a refletir sobre as formas de articulação e mobilização específicas vindas do setor da construção civil.

No decorrer da nossa narrativa sobre a greve, nos questionamos se em Suape, no contexto mais geral de crise do sindicalismo, o sindicato tem eficácia e primazia na representação dos trabalhadores ou se existem outras formas de expressão através das quais a insatisfação dos trabalhadores tem sido canalizada. A partir da descrição da greve, buscamos identificar quem são os principais atores que estão atuando em Suape e, conseqüentemente, analisar quais são os principais conflitos entre eles e, ainda, apontar os principais obstáculos que se apresentam para efetivação das ações coletivas dos trabalhadores.

3.1 A reconstrução da Greve através das falas dos entrevistados

A reconstrução analítica da Greve dos trabalhadores da construção civil de 2011, em Suape, será realizada, como já descrevemos no capítulo de metodologia, através das falas dos sujeitos envolvidos, dos documentos das audiências e publicações da Procuradoria Regional do Trabalho e referências dos meios de comunicação local, tendo em vista que o acontecimento relatado é bastante recente.

3.1.1 Os entrevistados e a aproximação ao objeto de estudo.

Um dos nossos entrevistados, Ramon²⁶, tem 28 anos, é natural de Recife e vive com sua companheira. Concluiu o segundo grau, é caldeireiro e, atualmente, na busca para ampliar o leque de possibilidades de inserção no mercado trabalho, matriculou-se em um curso técnico de mecânica. No momento, Ramon trabalha em Suape na função de montador de estrutura pesada. Foi assim que o classificaram na carteira profissional. Embora tenha experiência de atuação em alguns movimentos sociais, como no movimento estudantil, Ramon, nesses dois anos em que está em Suape, não participou diretamente de nenhuma mobilização. Tem receio de se expor, pois, segundo ele, não está inserido em nenhuma organização que lhe ampare em caso de perda do emprego. Ainda que nunca tenha participado ativamente nas reivindicações dos trabalhadores, Ramon acompanha, mesmo que mantendo uma distância segura, as questões que ocorrem ao seu redor. Essa entrevista foi, portanto, uma porta de entrada ao nosso objeto de estudo e a um universo que temos tantos questionamentos por refletir e analisar.

As quatro entrevistas seguintes foram realizadas com lideranças do Movimento de Lutas Populares (MLP): Leon, Tom, Zumbi e Calado.

Leon tem o segundo grau completo, é encarregado de obras, função que exerce desde 2005. Trabalhou aproximadamente um ano em Suape. Depois de sua participação

²⁶ A garantia de anonimato foi dada a todos os entrevistados. Os nomes que utilizamos aqui são fictícios.

na greve, e do destaque obtido, enquanto uma das lideranças da comissão de base de representação dos trabalhadores, ficou impossibilitado de trabalhar naquela região, pois, segundo ele, teve seu nome incluído nas “lista suja” das empresas. Tom não trabalha na construção civil em Suape, exerce sua profissão no Recife, mas como membro da direção do MLP estava envolvido no apoio ao movimento grevista. Zumbi também é operário da construção civil, na função de apontador, mas também não trabalha em Suape. Por fim, Calado, que é armador de ferragens, chegou a se candidatar a algumas vagas de trabalho em Suape, mas não conseguiu emprego também devido a sua exposição durante o movimento grevista.

Como podemos notar, dos quatro membros do MLP entrevistados, apenas um é operário no Complexo Industrial e Portuário de Suape. Os demais apenas estiveram envolvidos no apoio às mobilizações. Segundo eles, alguns dos membros estão ameaçados de morte por conta da atuação em Suape. Como forma de construção e consolidação do MLP na classe trabalhadora, seus membros são estrategicamente inseridos nos locais de trabalho onde existe maior potencial de conflitos. Dessa forma, este movimento tem militantes em alguns dos principais polos de aglutinação de trabalhadores, tais como o Complexo Industrial e Portuário de Suape e as obras de construção do estádio para a Copa do Mundo, em São Lourenço da Mata.

Outra entrevista que realizamos foi com Rondon, 53 anos, agrônomo, professor universitário e dirigente da central sindical Conlutas. Possui certo grau de inserção entre os trabalhadores portuários, tanto em Recife como em Suape, pois já atuou nesse setor. Assim como Leon, do MLP, Rondon também foi um militante que obteve destaque na greve dos trabalhadores de Suape. A aproximação de Rondon com os trabalhadores da construção civil teve início em fevereiro, através de algumas panfletagens realizadas em Ipojuca, no momento em que os trabalhadores aguardavam o ônibus para chegarem até o local de trabalho.

A central sindical a qual faz parte não possui representatividade legal no Complexo Industrial e Portuário de Suape, porém, ainda assim, Rondon conseguiu conquistar o direito de voz nas assembleias e, segundo os relatos obtidos, era uma figura pública reconhecida por uma parcela expressiva dos trabalhadores. Isso implicou na sua convocação para participar, como convidado, das audiências públicas realizadas na PRT.

O nosso sétimo entrevistado é o procurador-chefe da PRT, Fábio Farias, graduado em Direito e Psicologia, mestre em Ciências Sociais. Farias já foi sindicalista e dirigente da Central Única dos Trabalhadores. Além de suas atribuições institucionais, sua trajetória de vida também o sensibiliza para os conflitos trabalhistas.

3.2 Caracterização da qualidade do trabalho em Suape

Para compreender a estrutura, mobilização e reivindicação da Greve dos trabalhadores da construção civil em Suape é imprescindível argumentar e refletir sobre as condições de trabalho e o cotidiano desses no canteiro de obras.

É prática comum que a empresa construtora, responsável pela obra, adote o sistema de terceirização e transfira parte do serviço para as subempreiteiras (DIEESE, 2001). Em alguns casos, as subempreiteiras, que já são terceirizadas, transferem responsabilidades para uma quarta empresa. As condições de trabalho, conseqüentemente, variam ao longo da cadeia de terceirização. Reproduzimos, abaixo, trecho da entrevista que realizamos com Ramón:

Assim, como eu tive oportunidade de trabalhar nos dois principais empreendimentos lá de Suape, tanto no Estaleiro, quanto na Refinaria, estou trabalhando agora na Refinaria. E no Estaleiro eu tive duas experiências, uma na terceirizada e uma na própria casa, como a gente chama o Estaleiro e, agora, lá na Refinaria, no o maior consórcio que eu estou lá, que é o Conest, (formado por) Odebrechet e Oas, assim... tem muitas diferenças.

Então assim, lá no Estaleiro eu pude perceber uma diferença da gente que era da terceirizada para o pessoal que era do Estaleiro. Diferença... Por exemplo, a gente almoçava em refeitórios diferentes. O pessoal do Estaleiro comia num refeitório de manhã, fazia o desjejum no refeitório, a refeição era até melhor porque tinha frutas e tal... e a gente fazia em outro refeitório, que era o refeitório do antigo Consórcio Tatuoca, que construiu o Estaleiro, todas as terceirizadas comiam lá e o almoço da gente era diferente.

P: Era pior, ou melhor?

E: Rapaz, era... Se for comparar assim, balancear... por que no Estaleiro é a nutricionista que faz, então o café da manhã é reforçado, com comida regional, cuscuz, macaxeira, aí vem dois pães com ovo, com alguma coisa dentro, vem uma verdura, vem fruta, você come uma banana, uma melancia, essas coisas e vem um café e um suco. Já na terceirizada, era só o pão, tá entendendo? Então pra ficar até meio dia, trabalhando até meio dia, aí era comida menos reforçada, né? No Estaleiro era diferente. E aí minha terceirizada, que eu trabalhei, a

RVT, não dava nem café da manhã, a gente tinha que comer em casa, portanto eu tinha que acordar mais cedo, esse negócio todo, né? E em várias outras terceirizadas. Então foi a principal diferença, além do tratamento... O pessoal do Estaleiro, eles tratavam as terceirizadas... o pessoal das terceirizadas de uma forma e quem era do Estaleiro era tratado de outra, até nas horas extras. No Estaleiro, as horas extras do pessoal eram escaladas. Já a gente não, a gente era obrigado a fazer as horas extras, trabalhar sábado, domingo, durante a semana duas horas a mais. Então foi essa diferença que eu percebi.

Na Refinaria, eu percebo que como lá são vários consórcios, tem cinco consórcios lá e várias outras empreiteiras, o tratamento, ele é mais uniformizado. Aí varia... se você tiver uma empreiteira como a Odebrecht, lá na Petroquímica, a Odebrecht é uma empreiteira grande no Brasil. então ela... depois das lutas que houve, que a gente fez esse ano, o tratamento e as condições de trabalho melhoraram um pouco. Agora quando é uma empreiteira menor, tipo Engevix (?), que trabalha lá construção civil, o tratamento já é outro, o pessoal come é marmita, a gente não, nossa comida é feita na cozinha lá do refeitório, na Engevix, não, eles comem numa marmita, ta entendendo? E tem outras diferenças também, por exemplo, a Conest é uma terceirizada que a Petrobrás contratou. Aí a Conest contratou uma quarteirizada para fazer o serviço, lá tem a Saraiva, tem Mosertec, tem... Que trabalha com andaimes, essas coisas... Então são quarteirizadas, aí o tratamento deles já é diferente, eles já num vem no ônibus com a gente, eles vem numa Kombi, ta entendendo? Têm outros que vêm em ônibus de linha mesmo, mas aí são as quarteirizadas, né.

A terceirização da força de trabalho também tem impactos na questão salarial e, assim como gera desigualdade de condições de trabalho entre os operários, também gera distorções salariais. A questão da equiparação salarial foi um tema recorrente nas entrevistas e é apontado como uma das principais fontes de insatisfação dos trabalhadores. Vejamos:

Por isso que a principal briga da gente lá é equiparação salarial, ou seja, serviço igual, salário igual, não existe isso que tem lá... montador de estrutura 1, 2 e 3. O 1 recebe 1.200, o 2, 1.400 e, o 3, 1.800...quando vai pra atividade, todo mundo faz a mesma atividade. Então por isso que a maior disputa lá da gente hoje é equiparação. É salário igual, função igual, serviço igual, então o salário tem que ser igual, os direitos tem que ser iguais.

No mesmo sentido, a fala Zumbi complementa:

Os trabalhadores do Sul e Sudeste recebem quase o dobro do salário do pessoal daqui. Sem contar, que muita mão de obra especializada vem de fora. Então o pessoal de fora recebe mais do que o pessoal daqui. Um Engenheiro de fora recebe um salário maior, mais benefícios dos os Engenheiros daqui. Os Encarregados também e por aí vai. Então essas

coisas se espalham dentro da categoria. Um outro fator é que uma obra de trecheiros, né. Os trecheiros são como eu falei, mão de obra especializada, que aqui no Estado não tem, então o pessoal do Espírito Santo, da Bahia, do Rio de Janeiro vem trabalhar aqui. Como o pessoal já tem experiência dessas obras fora, inclusive de mais conquistas, de salário melhor, quando ele chega aqui e o salário é mais baixo, então isso já gera conflito, já na sua natureza.

Além das diferenças salariais entre os trabalhadores oriundos do Estado de Pernambuco e os trabalhadores vindos de outros estados, a questão da disparidade entre os operários da empresa principal e das subempreiteiras é um dos motivos que causa a alta rotatividade nos postos de trabalho, conforme explica Ramón. No momento em que o entrevistamos, já estava no terceiro emprego em Suape e, conforme nos relatou, recebeu convite para trabalhar na construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, porém não aceitou pois pretende permanecer ao menos seis meses em único emprego, no Estado de Pernambuco, com o objetivo de conseguir constar experiência na carteira de trabalho e não ficar “sujo”, para não ser rotulado com um “peão que gosta de matar o aviso e correr trecho”.

Diferença salarial também. Por exemplo, um montador de andaime na Conest, ele tá recebendo R\$ 1.550. Na Monsertec, que é a quarteirizada, ele recebem R\$ 1.300, aí tem essa diferença, né? Embora o serviço seja o mesmo, né? O pessoal, ambos trabalham do mesmo jeito, fazem as mesmas horas extras, tudinho, mas tem essa diferença de salário. Então, o pessoal quando entra numa quarteirizada, entra já na perspectiva de passar pra terceirizada, que também não é mil maravilhas, tá entendendo? E aí tem as diferenças também... Vamos supor, eu sou montador de estrutura, meu salário lá tá R\$ 1.100...é...no Consórcio Ipojuca, que é a Queiroz Galvão e a Galvão, o montador de estrutura recebe R\$ 1.400, então a perspectiva da gente na Conest...que a gente diz, né? É matar o aviso prévio e já passar pra outro "gato", tá entendendo? E a gente fica rodando, como tem muita empresa lá, a gente fica mudando direito de empresa, a gente só espera matar o aviso prévio, a experiência de três, dois meses e depois a gente já pula...

P: Fica procurando o melhor?

E: É, a gente sai procurando o melhor, né? Por exemplo, na RVT, eu consegui... Eu tinha... foi o meu maior salário esse ano, era R\$ 1.600 na carteira, aí tinha um bônus de 200 reais, mas para ganhar esse bônus eu não podia botar atestado, nem faltar e tinha que fazer hora extra, se eu faltasse já não recebia. Passei para o Estaleiro, aí já recebi menos, meu salário no Estaleiro era 1.250. Aí passei para a Conest, meu salário passou para 1.100. Aí você tem essas diferenças de salário ali em Suape, aí o pessoal sai procurando, sai mudando, entendeu, de empresa, aonde tiver melhor a gente faz o teste, às vezes quando conhece alguém lá dentro a gente já fala com o cara para o cara aliviar pra gente, e aí quando ficha a gente da um tempo lá, aí quando aparece alguma coisa melhor a gente já mete o pé.

3.3 A reconstrução de uma Greve não programada

A Greve dos trabalhadores da construção civil em Suape, ocorrida entre fevereiro e março de 2011, objeto de análise desta pesquisa, será reconstruída em quatro momentos específicos: (1) *Início e Estopim de uma Greve não Programada*, (2) *Processo de mobilização e formalização da Greve*, (3) *As audiências e as conquistas: reivindicações, negociação e acordos*, e por último (4) *Encerramento da Greve e continuação das lutas*.

Antes, contudo, de tratarmos da Greve em questão, faz-se necessário mencionarmos um episódio que ocorreu poucas semanas antes da Greve ser declarada. Em janeiro de 2011, cerca de 800 funcionários da Odebrecht, que trabalhavam na construção do polo químico de Suape, decidiram paralisar suas atividades. A principal reivindicação destes trabalhadores foi o aumento de 30% referente à insalubridade. A ação foi julgada ilegal pela Justiça do Trabalho e, ainda, espalhou-se um rumor de que os dias parados seriam descontados. No dia seguinte, 2 de fevereiro de 2011, noite de quarta-feira, um alojamento da mesma empresa, com capacidade para mil e quinhentas pessoas, foi incendiado. Um trabalhador foi preso para averiguações, o que gerou indignação nos demais e, em seguida, outro alojamento da própria Odebrecht foi incendiado. Embora não existam provas reais, a autoria do incêndio é creditada aos trabalhadores que estariam insatisfeitos com a resolução dada às suas reivindicações.

No episódio descrito acima, estamos diante da adoção de um método radical de ação dos trabalhadores. É importante ressaltar que não se trata de uma exclusividade dos trabalhadores de Suape, sendo, inclusive, fato recorrente nas grandes obras que estão ocorrendo no Brasil. O que chama a atenção, além da disposição para ações radicais, é a ausência, a princípio, do sindicato da categoria, organismo oficial de representação dos trabalhadores.

3.3.1 Início e Estopim de uma Greve não Programada

A Greve dos trabalhadores da construção civil em Suape marca seu início em uma quinta-feira, 9 de fevereiro de 2011. O que havia começado como uma assembleia dos trabalhadores, convocada pelo sindicato da categoria (Sintepav-PE²⁷), culminou em uma paralisação que durou pouco mais de um mês. Os protagonistas desse movimento foram os trabalhadores do consórcio Conest-Rnest, formado pelas empresas Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A. e a Construtora OAS.

A assembleia, como de costume, foi realizada no grande pátio central da portaria 2, maior entrada de acesso à Refinaria Abreu e Lima S/A. Um trio elétrico, com membros da diretoria do sindicato tentavam comunicar-se com a enorme quantidade de trabalhadores que acumulavam-se, conformando uma massa visualmente impactante de mais de cinco mil pessoas²⁸.

O clima de greve era forte entre os trabalhadores. O Sindicato, no entanto, não lançou o edital que permitiria uma possível deflagração de greve, pelo contrário, tentou convencer os trabalhadores de que as reivindicações deveriam apenas ser feitas no período da convenção coletiva da categoria, prevista para o mês de julho de 2011, e que naquele momento eles deveriam retornar ao trabalho. Os baianos, ao discordarem, foram atacados.

O relato de um trabalhador, obtido através da imprensa, descreve a postura do sindicato durante a assembleia: *“O Sintepav-PE subiu no palanque e acusou os baianos de preguiçosos. Que eles não tinham comprometimento com o desenvolvimento de Pernambuco. Que eles eram acarajé e que nós somos a massa de verdade”*²⁹. A fala de um dos nossos entrevistados, Leon, que estava presente na ocorrência do episódio descrito, argumenta, no mesmo sentido da fala anterior, sobre o papel do Sintepav:

²⁷ O Sintepav/PE foi fundado no ano 2000 como representante dos trabalhadores da construção civil pesada, abrangendo as grandes obras de maneira geral. Desde o momento de fundação é presidido pela mesma pessoa, o sindicalista Aldo Amaral, que, recentemente, passou a acumular também o cargo de presidente da seção estadual da Força Sindical. Infelizmente, mesmo após inúmeras tentativas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, não conseguimos entrevistar o presidente do SINTEPAV/PE. Buscamos suprir essa falta com informações publicadas pelo sindicato.

²⁸ As informações sobre o número de trabalhadores presentes nesta assembleias são desconhecidas, que varia entre cinco e dez mil.

²⁹ GUARDA, Adriana; LIMA, Felipe. *Babel de tensão e interesses*. Jornal do Commercio_ Economia p03. Recife. 20.02.2011. Disponível em: <http://pedesenvolvimento.com/2011/02/20/babel-de-tensao-e-interesses/> - Acessado em: 21 maio 2012. Conforme esta mesma matéria, o presidente do Sintepav-PE rebate as expressões mais fortes, mas admite que utilizou o argumento da falta de interesses dos baianos no crescimento econômico do Estado. Em continuação a matéria descreve como no dia 9 de Fevereiro de 2011 o carro de som da Sintepav-PE volta a agredir verbalmente os "forasteiros" (GUARDA, LIMA, 2011).

Quando o diretor do sindicato começou, lá, a maltratar os companheiros da Bahia, principalmente, dizendo que os culpados da greve eram os baianos, que não sabiam, que não queriam trabalhar, como um bando de baderneiro, só queria tá em festa. Comendo acarajé, dançando axé. Aí criou um desconforto maior ainda.

Essa manifestação de xenofobia representa um fato político que indica a relação problemática entre trabalhadores e lideranças sindicais.

Conforme Zumbi,

Eles (o sindicato), a avaliação deles errada, era que quem tava gerando o tumulto era o pessoal que vinha de fora e culpando os baianos, dizendo que culpa era dos baianos, pelo maior alojamento que tem aqui na Conest ter um número grande de baianos, que fica ali na cidade Garapu, próximo ali a Ambev. Então eles culpando, dizendo que era culpa dos baianos, os baianos não era pra tá aqui, só sabiam comer acarajé e dançar axé. Então eles acharam que com aquilo iam jogar os pernambucanos contra os baianos, o que aconteceu foi que os trabalhadores se uniram mais ainda, ficaram indignados, porque eles queriam gerar um *apartheid*, então o tiro saiu pela culatra.

Inconformados com o desfecho que o Sindicato deu a assembleia e, também, com os termos depreciativos que o presidente do Sintepav utilizou para se referir aos trabalhadores de fora, os trecheiros, uma massa de operários foi em direção ao trio elétrico, onde estava a diretoria da entidade. Neste momento, houve um disparo com arma de fogo em direção aos trabalhadores: o montador de estruturas metálicas, Thiago Ramos de Souza, 23 anos, baiano, foi atingido com um tiro na boca³⁰.

Os trabalhadores, agitados e sem a sua liderança formal, que já havia deixado clara a sua postura contrária à greve da categoria, naquele momento, resolveram bloquear a PE-60, uma das principais vias de acesso ao Complexo Industrial e Portuário de Suape. De imediato, chegaram o Batalhão de Choque e outras unidades da Polícia Militar. Os operários decidiram que só desobstruiriam a via perante a presença da imprensa. Conforme nos relatou Leon:

Então, houve um desconforto muito grande, o pessoal ficaram bastante indignado. Eles já não tinham o controle. Imagine um companheiro sendo alvejado na porta do seu trabalho pelo diretor do sindicato! Aí a

³⁰Segundo as pessoas que entrevistamos que estavam presentes no local e, conforme a Polícia Civil confirmou posteriormente, o autor do tiro foi um segurança do próprio sindicato, preso dias depois na sede do Sintepav. Diante da situação caótica que se formou, os membros da diretoria do Sindicato deixaram o local.

situação lá ficou um clima de guerra. Fechamos a BR [PE-60], aquela Br que vai pra Ipojuca e, uma hora mais ou menos, chega o Batalhão de Choque, a Policial Militar, GAT. Chega um aparato policial muito grande. E a gente negociou, a gente só ia desobstruir a Br com a presença da imprensa, porque até então a imprensa era proibida de entrar, de passar do portão da Refinaria. Então o camarada lá, o comandante do batalhão de choque, na minha opinião, foi um camarada até...é...legal com a gente, foi um cara até...usou sabedoria. Esperou pacientemente uma hora, no sol, entendeu? Porque sabia que diante da situação de descontrole, se o Batalhão de Choque fosse usar a força ali, o negócio ia ser pior, porque os camaradas tavam pra o que desse e viesse. Foi um clima muito tenso.

A partir do que narramos acima, é possível notar que a ausência da entidade sindical foi um entrave à mobilização dos trabalhadores, porém não os impediu de agirem coletivamente. Pelo contrário, fez surgir uma ação espontânea, inicialmente desordenada, mas que aos poucos vai assumindo uma forma de organização particular, como veremos a seguir. Isto põe a questão da representatividade e legitimidade, diante dos trabalhadores, do sindicato que se propõe ser seu representante, sintoma de um *gap* entre representante e representado.

3.3.2 Processo de Mobilização e Formalização da Greve

Na segunda-feira, 14 de fevereiro de 2011, uma semana após os conflitos ocorridos, os trabalhadores, que retornam ao local de trabalho, se deparam com um forte aparato de segurança. Além da guarda patrimonial da Refinaria, estavam presentes o Exército, a Polícia Federal e o Batalhão de Choque da Polícia Militar. Foi um dia chuvoso e, entre os trabalhadores, o clima era de incerteza, de apreensão e de desconfiança.

Diante do trágico desfecho da assembleia do dia 09 de fevereiro, muitos dos trabalhadores não estavam dispostos a reiniciarem as atividades. Aglomerados no pátio de acesso a Refinaria Abreu e Lima, sem a presença do Sintepav, os operários começam uma articulação e iniciam uma assembleia. A presença de um carro de som, pertencente ao Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, filiado a Conlutas, foi fundamental para garantir a comunicação entre os cerca de cinco mil trabalhadores que estavam no local.

A assembleia durou cerca de duas horas e foi marcada por intervenções que criticavam duramente a postura que o Sintepav adotou na semana anterior. Várias falas demonstravam insatisfação e colocavam em xeque a representatividade do Sindicato. Além disso, as intervenções também expressavam solidariedade com o companheiro que havia sido baleado e exigiam justiça diante do fato.

A partir da articulação entre os movimentos organizados que estavam no local, como o MLP e a Conlutas e, também, de alguns trabalhadores que tomaram a frente do processo, surgiu a proposta de criação de uma comissão de representação dos trabalhadores. Apesar da heterogeneidade do grupo, a questão central que os unifica é o entendimento comum de que é necessário um meio de organizar e expressar as demandas da categoria. Além disso, convergem também no sentido de afirmar que o Sintepav, embora seja o órgão oficial de representação dos trabalhadores, não está disposto a realizar uma representação efetiva.

Conforme a fala de Rondon:

Então nós chegamos lá com um carro de som do sindicato dos correios e com alguns diretores do sindicato dos correios, sindicato filiado à Conlutas, e com a executiva da Conlutas também. E aí nos apresentamos àquela base, em torno de cinco mil, seis mil operários. Aprovaram a Conlutas, como o MLP, junto com a Comissão criada naquela assembleia como seus representantes diante de qualquer tribunal frente à negociação com a patronal.

A fala de Zumbi complementa:

E a gente disse ao pessoal que confiasse naquela comissão, que a gente ia dar um rumo pra apurar não só o que tinha acontecido com o Tiago, quanto levar a pauta de reivindicação pra ser negociada. E que a saída não era a gente se desesperar, nem destruir tudo. A saída era a gente se organizar em busca de órgãos que pudessem negociar aquela pauta. Então a gente veio até o Recife, nos carros mesmo dos companheiros, veio uma comitiva e foi até o Ministério Público do Trabalho, procurou o procurador geral, Dr. Fábio Farias e relatamos o que tava acontecendo, muita gente não sabia o que tava acontecendo, o procurador mesmo ficou estarecido quando soube do que tava ocorrendo e (...) enfim.

A Comissão foi recebida pelo procurador geral do trabalho, Fábio Farias, ainda no mesmo dia. Contaram sua versão sobre os últimos conflitos trabalhistas em Suape e solicitaram que o procurador intervisse no caso. A partir de então, a procuradoria assume

o caso e inicia o processo de mediação das negociações. Conforme nos relatou o procurador-chefe do trabalho, Fábio Farias:

Então foi isso daí que me levou a, além de cumprir uma obrigação legal, não é?, por que é uma obrigação legal do Ministério Público do Trabalho tentar mediar esses, mediar conflitos, né, de natureza coletiva, além dessa preocupação da obrigação legal, tem uma preocupação mesmo com a segurança, né, já existia polícia demais no local, né, naquela época, então a preocupação foi essa daí.

3.3.3 As Audiências e as Conquistas: Reivindicações, Negociação e Acordos.

A primeira audiência, convocada pela Procuradoria Regional do Trabalho (PRT – 6ª Região), foi marcada pela presença de diversos setores da sociedade. Conforme consta em ata, estiveram presentes na audiência, realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, terça-feira, representantes do Governo do Estado por meio da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendimentos, da Secretaria de Articulação Social e Regional, da Secretaria de Defesa Social e do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco; representante da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego/MTE; da ONG Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação (CENDECH); representantes das empresas, Odebrecht e Petrobrás; da Prefeitura Municipal de Ipojuca, do Jornal do Comércio e, evidentemente, de entidades sindicais (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco - SINTEPAV-PE; Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada -SINICON; Confederação Nacional da Indústria e Construção; Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada) e, finalmente, a Comissão dos Trabalhadores. Segundo entrevista com o Procurador a convocação seguiu os seguintes passos:

A primeira coisa que nós fizemos foi chamar todo o setor estatal que estava envolvido. Foi chamado o Comando da Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Comando do Corpo de Bombeiros, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Articulação Política, uma série de agentes públicos estatais. E, aproveitamos também, né, nesse mesmo momento, chamamos tudo àquilo que a gente entendia representar alguma coisa do movimento de trabalhadores, num é?! Que era a liderança formal - formal, entenda-se do ponto de vista legal - não é,

que é o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada, o SINTEPAV. Certo?! E uma comissão de trabalhadores que havia nos procurado um ou dois dias antes, dessa primeira reunião, perguntando se poderiam participar, né?! Essa comissão era formada por pessoas que se diziam ligadas a alguns movimentos políticos, né, como, por exemplo, o MLP (Fábio Farias).

Nessa primeira audiência, os representantes dos trabalhadores, seja da Comissão ou do Sintepav, curiosamente, não dispunham de uma pauta de reivindicação. Coube, portanto, ao representante da Procuradoria do Trabalho o papel de sistematizar minimamente as questões que seriam negociadas. Como lembra o procurador,

o primeiro movimento que nós nos colocamos, foi: Quais são as reivindicações dos trabalhadores? Que era uma coisa interessante, por que apesar de existirem as reivindicações as mais diversas que se possa imaginar, você não tinha efetivamente uma pauta de reivindicação.

Você tinha um camarada, tinha um camarada que ele reclamava que na marmita dele veio com... é... 'tapuru', né, veio com um bicho! Esse cara, ele era extremamente revoltado, mas isso não se constituía numa reivindicação do coletivo. Então você tinha, assim, diversos, diversas reclamações e você tinha que sintetizar, né, você tinha que saber qual era a pauta.

E essa pauta foi construída a duras penas e é interessante, quando eu falo que é interessante é por que esses centros de liderança, eles estavam constantemente em confronto, num é?! Por quê? Por que esses trabalhadores que se diziam representantes da comissão da CONEST, que é um dos consórcios que estão executando a obra, esse grupo da comissão, ele não reconhecia no sindicato a representação, e contestava mesmo, tanto é que nos primeiros, naquele primeiro momento de reivindicação, né, o sindicato, praticamente, ele não falou. Era uma coisa interessante é que... nas audiências, o representante do sindicato, ele praticamente que permaneceu em silêncio, num é?! Por que sempre quem reivindicava a liderança e a legitimidade dos trabalhadores era essa comissão. Mas o que era evidente era que o sindicato ele não conseguia representar, ter a legitimidade perante essa comissão da, esses trabalhadores da CONEST, e o que, é, a presença do sindicato, ela ficou ali, muito por conta do, do aspecto legal.

Ainda que tenham ocorrido essas dificuldades, sobretudo em relação à formulação da pauta, as partes envolvidas chegaram inicialmente aos seguintes acordos, como podemos verificar na Ata da primeira audiência de negociação:

1. A CONEST reconhece a estabilidade pelo prazo de 60 (sessenta) dias dos seguintes trabalhadores componentes da Comissão de Trabalhadores: José Adalberto da Silva, Bruno Ferreira Barbosa, José Maria dos Santos, Reginaldo José Ferraz, José Lucindo da Silva, Carlos Augusto Barbosa e Silvano Juvino de Freitas.

2. Comporão a mesa de negociação representando os trabalhadores as pessoas nominadas no item 1 (A Comissão), o Sintepav, a Federação Nacional dos Trabalhadores da Construção Pesada e a Confederação dos Trabalhadores da Indústria da Construção.
3. Comporá a mesa em nome da classe patronal, além das empresas interessadas, o Sindicato Nacional da Construção Pesada.
4. A CONEST não realizará nenhum desconto pelos dias efetivamente parados por conta dos movimentos paredistas, enquanto estiver negociando. Devendo este item ser discutido em mesa de negociação para se estabelecer se existirá ou não desconto e em quais limites.
5. Os representantes dos trabalhadores nominados nos itens 1 e 2 suspenderão o movimento grevista vigente e não iniciarão nenhum outro enquanto estiverem existindo os entendimentos negociais.
6. Os itens acima acordados ficam condicionados ao retorno ao trabalho no dia 17 de fevereiro de 2011 até às 10 horas (PRT, ATA: 16/02/2011).

Além desse acordo inicial, houve o primeiro esboço dos itens que seriam discutidos, na mesa de negociação na audiências seguinte,:

a) pagamento das horas *in itinere*. b) estabilidade da Comissão por 1 (um) ano; c) classificação dos ajudantes para as atividades exercidas efetivamente; d) cartão alimentação no valor mensal de R\$ 300,00, com recarga a cada dia 25; e) colocação de relógio de ponto no refeitório; f) eliminação de “lista suja”; g) pagamento de 100% de adicional sobre as horas extras realizadas aos sábados; h) concessão de plano odontológico gratuito; i) pagamento dos dias parados pelo movimento grevista; j) concessão de passagem aérea para os trabalhadores que residem fora do Estado de Pernambuco; l) Instalação de banheiros e chuveiros nas saídas de cada uma das frentes de serviço; m) ajuda de custo para locação de imóvel para os trabalhadores que não quiserem residir nos alojamentos. n) concessão de assistência médica ao trabalhador vitimado no dia 9 de fevereiro de 2011, por ocasião de desentendimentos em assembleia realizada nesse dia (PRT, ATA: 16/02/2011).

Ficou acertado também que os representantes dos trabalhadores apresentariam, até o dia 18 de fevereiro de 2011, a pauta de reivindicação com a maior quantidade de informações possíveis.

A ata da segunda audiência, realizada cinco dias depois, ou seja, no dia 23 de fevereiro, registra mais um episódio que demonstra a falta de sintonia e articulação entre os representantes dos trabalhadores, pois a pauta de reivindicações não havia sido apresentada na data prevista:

Os representantes da Confederação e da Federação disseram que esta incumbência ficou para o Sindicato. O representante deste informou que não apresentou as especificações da pauta de reivindicação,

entretanto, foi apresentada petição explicando as razões do processo de paralisação... (PRT, ATA: 23/02/2011).

Finalmente foi apresentado um documento contendo as reivindicações dos trabalhadores em greve. O Sintepav, já bastante desgastado desde o episódio em que um trabalhador foi baleado pelo segurança do sindicato em uma assembleia, não participou da elaboração da pauta, que foi assinada pelos membros da Comissão dos Trabalhadores, pela Confederação Nacional da Indústria e Construção e pela Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada. Reproduzimos a íntegra do documento:

1. Pagamento de 3hs *intinere* aos trabalhadores, em função dos deslocamentos de ida e vinda do local de trabalho nos ônibus contratados pela empresa. Esta é uma praxe em varias obras que se localizam distantes dos locais de moradia dos trabalhadores, sendo que em muitas delas não há transporte coletivo regular.
2. Estabilidade para a Comissão representativa dos Trabalhadores por um ano, garantindo desta forma a representatividade de base real. Devemos que o Ministério Público do Trabalho por meio da Coordenação Nacional de Promoção da Liberdade Sindical – CONALIS, que decidiu implementar o Programa Nacional de Promoção da Representação dos Trabalhadores nas empresas com mais de duzentos empregados, desta forma estaríamos fazendo cumprir o artigo 11 da Constituição Federal.
3. Reclassificação dos trabalhadores em desvio de função, de forma a garantir aqueles que estejam nesta situação, sejam classificados segundo as funções efetivamente executam, com o devido pagamento das diferenças salariais.
4. Isonomia do cartão alimentação conforme precedentes de outras empresas da obra de Suape, que já praticam R\$300,00 de vale alimentação, de forma a garantir a universalização deste benefício.
5. Instalação do registro de ponto no refeitório, de forma a garantir que os trabalhadores não percam mais de 30 minutos por dia com o deslocamento do refeitório ao local de trabalho.
6. Emissão por parte da empresa de uma Carta de Referência no momento da homologação do contrato de trabalho, caracterizando desta forma o fim da lista suja na Conest, pois esta lista visa identificar os trabalhadores que participaram de greves ou de qualquer reivindicação, ela caracteriza uma violação contra os direitos constitucionais dos trabalhadores, e um atentado contra a convenção 111 da OIT.
7. Garantia do valor das horas extras aos sábados de 100%, tendo em vista a frequência exagerada das horas extras aos sábados.
8. Garantia de plano odontológico efetivo gratuito para todos os Trabalhadores, e ressarcimento dos descontos já realizados tendo em vista a inexistência do serviço da prestação de serviços.
9. Não desconto dos dias de greve efetivamente parados (5 dias).

10. Pagamento de passagens aéreas para os trabalhadores que residam a mais de 1000 km, de forma a garantir a visita e as férias com seus familiares.
11. Estabelecimento de um local adequado para o banho dos trabalhadores, quando do fim do expediente de trabalho, de forma a garantir que os trabalhadores possam se deslocar da área de trabalho a outras atividades como por exemplo Estudo.
12. Ajuda de custo de R\$ 1000,00 (Valor de Mercado) para os trabalhadores que residem em locais distantes e que não queiram residir no alojamento da empresa.
13. Garantia de atendimento médico e hospitalar ao companheiro ferido durante a Greve, com total apoio a Família por parte da empresa.

Os treze itens acima, portanto, serviram como base para as demais rodadas de negociação que viriam em seguida. Como podemos observar, constam reivindicações de natureza econômica, políticas e social.

Na terceira audiência, que ocorreu no dia 28 de fevereiro, podemos verificar as primeiras respostas que os representantes do segmento patronal deram às reivindicações apresentadas pelo porta-voz dos trabalhadores. Conforme verificamos na ata, temos o seguinte quadro:

Quadro 02: Listagem dos Itens Reivindicados, Proposta dos Trabalhadores e Propostas das Empresas para cada item citado. (Terceira Audiência)

ITEM	PROPOSTA DA EMPRESA	PROPOSTA DOS TRABALHADORES
1-Horas <i>in itinere</i> (tempo gasto pelo empregado até o local)	Problema de interpretação jurídica de que a empresa não reconhece ocorrer	Pagamento de 2 horas à disposição da empresa. Englobando itens “1” e “5”.
2-Estabilidade dos membros da Comissão	Estabilidade para os membros da comissão até 21.07.2011	Estabilidade de 12 meses
3-Desvio de Função	Fazer o levantamento em 60 dias a retroagir para aqueles que foram identificados em desvio de função para 01 de fevereiro de 2011.	Fazer o levantamento em 30 dias e implantação a partir de 01 de dezembro de 2010
4-Cartão alimentação	Remeter a discussão para a data base da categoria	Redução da proposta para R\$ 250,00
5-Registro de ponto no refeitório	Não integração do período de café como efetivo trabalho	Ver item “1”
6-Carta de referência	Dar carta de liberação com texto a ser construído	Estudar o modelo para ser aprovada na mesa de negociação com a denominação de “Carta de Referência”
7-Horas extras-100%	Remeter a discussão para a data base da categoria	100% aos sábados
8-Plano Odontológico	Concessão de serviço	Novo cadastramento dos

	odontológico por meio do SESI	beneficiários do plano vigente e devolução dos valores pagos à empresa prestadora do serviço sem que tivesse havido a solicitação dos empregados ou gratuidade do plano odontológico para todos os trabalhadores
9-Dias de greve	Pagamento de 6 dias, entretanto com compensação dos dias a ser negociado	Reconhecem 5 dias parados e não concordam com o desconto e a compensação
10-Passagens aéreas	Tarifa terrestre + o valor das diárias pagas com 30 dias de antecedência	Até 500 Km transporte terrestre + diária e acima de 500 Km passagem aérea com depósito em até 30 dias antes da viagem
11-Local para banho	Existência de vestiário para 1200 pessoas e ampliação para 2500 pessoas no vestiário. Saída antecipada dos estudantes em 30 minutos	Banheiros adequados na HDT, UDA e PROVISÓRIOS
12-Auxílio residência	Remeter a discussão para a data base da categoria	Mantém-se a mesma proposta de R\$1.000,00 para os trabalhadores que quiserem sair do alojamento

FONTE: PROCURADORIA DO TRABALHO, ATA DE AUDIÊNCIA: 28/02/2011.

Para que possamos acompanhar detalhadamente a evolução das negociações, reproduziremos também um quadro a partir da ata da quarta audiência, destacando os pontos em que aparentemente havia um maior acordo entre partes.

Quadro 03: Listagem dos Itens Reivindicados, Proposta dos Trabalhadores e Propostas das Empresas para cada item citado. (Quarta Audiência)

ITEM	PROPOSTA DA EMPRESA	PROPOSTA DOS TRABALHADORES
1-Horas <i>in itinere</i>	O local é servido por sistema público de transporte e dentro da planta não existe mais de 10 minutos entre o fim do café e o início do trabalho	Arbitrar 07h00min como início do trabalho e saída a ser registrada a partir da obra da refinaria
2-Estabilidade dos membros da comissão (forte possibilidade de acordo em face das colocações postas em audiência)	Aceita a estabilidade por um ano desde que não exista greve até a próxima data base	A proposta de empresa sem estabelecer condições para a estabilidade, excetuando-se o regramento de uma comissão que evite conflitos.
3-Desvio de função (forte possibilidade de acordo em face das colocações postas em audiência)	Levantamento em 30 dias, pagamento a partir de 01 de janeiro de 2011 e quitação de débitos passados.	Aceita a proposta da empresa apresentada hoje, sem a quitação do período anterior a 01 de janeiro de 2011. Parar imediatamente qualquer reversão

		que esteja sendo feita. Pagamento em 30 dias após a apuração.
4-Cartão alimentação	Elevar para R\$ 100,00	Propõe R\$ 200,00, com pagamento até o dia 25 de cada mês.
5-Registro de ponto no refeitório	Item “1”	Item “1”
6-Carta de referência (forte possibilidade de acordo em face das colocações postas em audiência)	Aceita a “Carta de Referência” a ser concedida para os trabalhadores que tivessem pelo menos 6 meses de trabalho e nenhuma falta injustificada.	Aceita a forma proposta.
7-Horas extras – 100%	Propõe 75%	100,00%
8-Plano odontológico	Atendimento gratuito até março de 2011 por intermédio do SESI; entrega imediata do número do cartão; devolução, pelo CONEST, do valor da carência em havendo desistência do plano.	Requer maiores esclarecimentos sobre o plano, gratuidade ou subsídios de até 90% do que é pago hoje pelo empregado.
9-Dias de greve	Foram 9 dias de paralisação, 3 já abonados por decisão de paralisação da frota pela empresa, os 6 dias restantes seriam: 2 dias abonados, 2 dias compensados e 2 dias descontados.	Abono de todos os dias parados.
10-Passagens aéreas	Mantém a proposta anterior.	Mantém a proposta anterior.
11-Local para banho	Mantém proposta anterior.	Mantém a proposta anterior e a Comissão e a empresa apresentarão uma proposta para melhor localização dos banheiros. O SINTEPAV pagará o assistente da comissão para estudar uma melhor localização para o banho.
12-Auxílio residência	Mantém a proposta anterior	Mantém a proposta anterior

FONTE: PROCURADORIA DO TRABALHO, ATA DE AUDIENCIA: 03/03/2011.

É importante registramos que nos dias de intervalo entre uma audiência e outra, aconteceram reuniões dos representantes patronais e assembleias dos trabalhadores. No

caso desses, as disputas pela representação dos trabalhadores e a forte crise de representatividade do Sintepav também foram expressas nas assembleias. Conforme coletamos nas entrevistas realizadas:

Fábio: É, o sindicato ele tava na, no primeiro momento, naquela greve de fevereiro e março, o sindicato ele tava tão desprestigiado, mas tão desprestigiado, que eles sequer participaram da assembleia. Eles não tinham autorização pra participar da assembleia. Quem dirigiu a assembleia foi a Confederação e a Federação junto com membros da comissão, né?!

Retornando ao desenvolvimento do processo de negociação, chega-se à quinta audiência, que foi realizada no dia 11 de março de 2011. No entanto, não houve nenhum avanço nessa ocasião. Foi agendado, portanto, o próximo encontro (sexta audiência) para quatro dias depois, ou seja, dia 15 de março. Lembramos que os trabalhadores permaneceram em greve e em assembleia permanente durante todo o processo de negociação.

Nesse contexto, marcado por uma forte crise de representatividade e legitimidade do sindicato da categoria, e, também, pela pouca inserção e habilidade dos membros da Comissão dos Trabalhadores, a mediação e os esforços do Ministério Público do Trabalho foram fundamentais para o avanço do processo de negociação. Podemos observar este esforço na tentativa de síntese que encontramos na ata da sexta audiência.

Quadro 04: Listagem dos Itens Reivindicados em síntese de Propostas do MPT (Quinta Audiência)

ITEM	PROPOSTAS DO MPT A SEREM LEVADAS À ASSEMBLEIA DOS TRABALHADORES E ACEITAS PELA EMPRESA
1-Horas <i>in itinere</i>	O Ministério Público do Trabalho fará, segundo normas procedimentais de investigação, a apuração do fato para que as soluções, caso sejam encontrados problemas, sejam discutidas posteriormente,
2-Estabilidade dos membros da comissão	A empresa aceita a estabilidade por um ano a partir de 15 de fevereiro de 2011, devendo as partes estabelecerem normas procedimentais de diálogo que previnam conflitos trabalhistas, sem necessariamente se pensar que esses serão eliminados,
3-Desvio de função	A empresa fará o levantamento em 30 dias a partir da assinatura do acordo, pagamento a partir de 01 de janeiro de 2011, àqueles que efetivamente estivessem em desvio de

	função após esta data, sem a quitação de débitos passados,
4-Cartão alimentação	A empresa pagará o valor de R\$ 130,00, a partir de 01 de março de 2011,
5-Registro de ponto no refeitório	Ver item “1”
6-Carta de referência	A empresa fornecerá “Carta Referência” a ser concedida para os trabalhadores que tivessem pelo menos 6 meses de trabalho e nenhuma falta injustificada,
7-Horas extras	A empresa pagará a partir de 01 de março de 2011, o percentual de 80% sobre as horas extras,
8-Plano odontológico	A empresa providenciará o atendimento gratuito, no canteiro de obras, a partir de março de 2011 por intermédio do SESI; entrega imediata do número do cartão de prestação de serviços odontológicos; devolução, pelo CONEST, do valor da carência em havendo desistência do plano,
9-Dias de greve	Serão todos abonados,
10-Passagens aéreas	A empresa depositará o valor da tarifa terrestre + o valor das diárias pagas com 30 dias de antecedência em relação à data da viagem. A empresa disponibilizará operadora de viagem em local acessível aos trabalhadores.
11-Local para banho	A empresa ampliará para 2500 pessoas a capacidade do vestiário e autorizará a saída antecipada, da frente de serviço, dos estudantes devidamente comprovados em 30 minutos,
12-Auxílio residência	Remeter a discussão para a data base da categoria

FONTE: PROCURADORIA DO TRABALHO, ATA DE AUDIENCIA: 15/03/2011.

Parecia finalmente que os atores começavam a se entenderem e que a solução para o fim da greve se daria através de um longo e paciente processo de negociação. Entretanto, uma vez mais ficou evidente que, por um lado, se o sindicato era incapaz de dialogar com os trabalhadores, por outro, as alternativas que surgiram, como a Comissão dos Trabalhadores, a Confederação Nacional da Indústria e Construção e a Federação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada tampouco conseguiam realmente captar os anseios daqueles a quem objetivavam representar.

É verdade que, paulatinamente, os pontos em negociação foram sendo acordados, porém, duas cláusulas persistiram. Mesmo com todos os representantes dos trabalhadores

defendendo a proposta feita pelo MPT (reproduzida acima), a assembleia da categoria votou massivamente contra. Os pontos que tornaram a negociação difícil foram: 1) o valor do auxílio refeição e 2) o percentual de aumento sobre as horas extras aos sábados. A assembleia dos trabalhadores foi irredutível e não abriu mão do valor de 100% sobre as horas extras aos sábados e, também, do valor de R\$ 160,00 para o auxílio alimentação. Já os representantes do segmento patronal afirmaram, em audiência, que haviam chegado ao teto de sua proposta.

Chegamos ao dia 28 de março de 2011. A nona audiência foi realizada às 8 horas da manhã. Diante dos impasses e do avanço da negociação, como está registrado em ata, *“os representantes do MPT entendem ser inviável a continuidade das negociações neste momento, conclamando às partes que cheguem a uma solução mediada junto ao TRT da sexta região.”* (ATA, 28/03/2011). O MPT buscou mediar a negociação de todas as formas possíveis para evitar que o dissídio fosse julgado no Tribunal Regional do Trabalho. O desfecho do movimento grevista, através de julgamento, poderia não satisfazer aos trabalhadores e aumentar ainda mais o clima de tensão em Suape. No entanto, diante dos impasses nas audiências de negociação, o julgamento foi inevitável. Como mencionamos acima, os treze itens apresentados na pauta de reivindicação foram reduzidos a dois.

Em 29 de março, o TRT decretou a ilegalidade do movimento grevista. A decisão foi unânime. No entanto, embora a greve tenha sido considerada abusiva e, portanto, ilegal, o resultado do julgamento da pauta, por dez votos contra cinco, foi favorável aos trabalhadores. Os trabalhadores que, antes, recebiam 70% sobre o valor das horas extras aos sábados e R\$ 80,00 de vale alimentação, passaram a receber, a partir do julgamento do TRT (retroativo a 1º de março), 100% sobre as horas extras e R\$ 160,00 para alimentação.

Após o julgamento do TRT, restava ainda a realização de uma assembleia dos trabalhadores para que deliberassem o fim ou continuidade da greve. Caso decidissem pela manutenção do movimento, o Sintepav seria multado, segundo a decisão judicial, em R\$ 5.000,00 por dia paralisado. Tendo em vista a fraca liderança dos representantes dos trabalhadores, a possibilidade de a assembleia votar pela continuidade da era muito grande.

Em entrevista ao jornal Diário de Pernambuco, no dia 30 de março de 2011, o presidente do Sintepav afirmou: *“Nós e a comissão de trabalhadores, que está acompanhando o processo, entendemos que houve um grande avanço. O bom senso deverá prevalecer e os trabalhadores voltarão aos seus postos de trabalho”*³¹. Seguindo a mesma linha, o presidente do Sintepav, segundo entrevista publicada na versão digital do Jornal do Commercio do dia 30 de março, afirmou que *“a decisão do TRT foi uma grande vitória para os trabalhadores, uma demonstração da tentativa de restabelecer a paz social nas obras de Suape. As reivindicações dos operários são legítimas”*³². Esse jornal traz também depoimentos de outros atores envolvidos nas negociações:

O aspecto social se sobrepôs ao jurídico. O vale alimentação de R\$ 160 é pago por empresas que não oferecem as três refeições aos funcionários. As que oferecem foram penalizadas por essa decisão (José Otávio, advogado do Conest);
O MPT cumpriu seu papel institucional de mediar as negociações entre empresas e os funcionários. Dos 13 itens pleiteados, 11 foram conciliados e o restante foi decidido pelo TRT (Waldir Bitu, procurador do MPT).

Desta vez a assembleia dos trabalhadores acatou o resultado do julgamento pelo TRT e suspendeu a greve. A questão dos dias parados, no entanto, ainda precisa ser resolvida.

3.3.4 Encerramento da Greve

Como a greve foi considerada ilegal pelo TRT, o segmento patronal poderia realizar o desconto dos dias parados. Novamente são realizadas novas audiências no MPT para negociação desta pendência. A proposta dos representantes dos trabalhadores era de que a questão dos dias parados deveria ser discutida apenas na próxima data base da categoria, ou seja, em agosto de 2012. Já os representantes dos empregadores propuseram a discussão imediata da forma como seria realizado o desconto. Esta audiência não avançou e uma nova audiência foi agendada.

³¹ BATISTA, Micheline (2011) Paralisação em Suape é considerada ilegal. Diário de Pernambuco - Economia. Recife, 30 de março de 2011. Disponível em: <http://gilvanmelo.blogspot.co.uk/2011/03/paralisacao-em-suape-e-considerada.html> Acessado em: 03 maio 2012

³² GUARDA, Adriana; LIMA, Felipe (2011) Greve em Suape é ilegal. Jornal do Commercio - Economia Recife, 30 de março de 2011 Disponível em: http://www1.amppe.com.br/cms/opencms/amppe/servicos/clipagem/2011/mar/clipagem_0298.html Acessado 03.05.2012

No dia 15 de abril de 2011, às 13h, tem início a décima primeira audiência, mediada pela Procuradoria Regional do Trabalho. Nessa ocasião, os advogados, que representavam as empresas, apresentaram os seguintes pontos, que seriam implementados independentemente da existência de acordo com os sindicalistas:

1. Desconto dos dias parados apenas nas rescisões contratuais;
2. não prejuízo nas cestas básicas por conta da última paralisação;
3. cumprimento das duas cláusulas econômicas julgadas pelo TRT a partir de março/2011;
4. manutenção do direito das empresas a recorrerem do julgamento do TRT em relação ao último dissídio e não haver o pedido de suspensão desta decisão;
5. entrega, neste ato, da redação das demais cláusulas a serem apreciadas pelos representantes dos trabalhadores e aplicáveis exclusivamente aos empregados do CONEST com o adendo de que os depósitos dos valores das passagens se iniciarão no prazo de 30 dias após a assinatura do acordo. (PRT, ATA: 15/04/2011)

Como não houve avanço na proposta dos empregadores e, também, tendo em vista que os sindicalistas apresentaram uma proposta que não havia sido discutida em nenhum momento na mesa de negociação, o procurador-chefe, Fábio Farias, determinou que o processo fosse arquivado e salientou que estaria disponível caso as partes envolvidas demonstrassem real disposição em rever sua posição e avançar com os acordos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutimos anteriormente, o movimento sindical brasileiro viveu seu ressurgimento vigoroso em meados da década de 1970 e, sobretudo, durante os anos 1980. Diferentemente da crise que, neste mesmo período, marcou a atuação dos sindicatos na Europa, aqui, os trabalhadores, através de seus sindicatos, saíram de uma forma de atuação tímida nos bastidores para ensaiarem um protagonismo ativo na vida política do país.

Os novos personagens entraram em cena (SADER, 1991) e foram fundamentais em um movimento político que resistiu aos governos ditatoriais e que culminou com o processo de redemocratização do estado brasileiro.

Sem dúvidas, um dos fatores que colaborou para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro, no período mencionado, foi a capacidade de aglutinar pautas internas e, também, em certa medida, externas ao próprio movimento. Em outras palavras, ao fazer o dever de casa, ou seja, ao garantir a defesa dos interesses corporativos mais imediatos e específicos dos seus representados, nosso movimento sindical credenciou-se como sujeito político com autoridade para intervir em questões que iam além do mundo do trabalho e do chão da fábrica. Foi, enfim, uma força social capaz de influenciar os rumos da sociedade brasileira.

No entanto, com a mudança do cenário social ocorrida nos anos 1990, marcados, sobretudo, por uma maior abertura econômica do país ao capital internacional e, conseqüentemente, pelo advento do ideário neoliberal, que trouxe reformas e privatizações ao Estado brasileiro, o movimento sindical viu-se acuado. A crise do sindicalismo, que já era uma realidade na Europa e em outras regiões do mundo, passa a ser uma realidade no Brasil.

A partir de então, além de perderem força na esfera política, os sindicatos passam a ter dificuldades também na defesa de suas demandas específicas. Em consequência disso, as pautas e as estratégias de ação são redefinidas. As lutas por melhores salários e condições de trabalho não deixam de ocorrer, mas o eixo central passa a ser a manutenção dos postos de trabalhos.

Obviamente, não entendemos o movimento sindical brasileiro como um processo homogêneo. Existem diferentes formas de atuação que são influenciadas, principalmente, pela orientação ideológica dos atores e pelas características das localidades e do setor produtivo em que estão inseridos. Sendo assim, centramos nossa reflexão no estudo de um caso específico.

Ao longo deste trabalho procuramos compreender como os trabalhadores da construção civil, no Complexo Industrial e Portuário de Suape, têm gestado ações coletivas em defesa de seus interesses corporativos. Para tanto, nosso objetivo principal foi reconstituir descritivamente a greve dos trabalhadores da construção civil, ocorrida entre fevereiro e março de 2011 no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Durante o processo de desenvolvimento dessa pesquisa e, ao mesmo tempo em que nos inseríamos no campo de estudo, nossos objetivos foram adquirindo maior nitidez. A questão trabalhista começou a ganhar maior destaque e visibilidade na sociedade e nos meios de comunicação a partir dos episódios mais violentos dirigidos pelos trabalhadores que culminam na greve de 2011. Definimos, então, que entender como ocorreu a greve seria a melhor porta de entrada para compreender quais são as principais questões que envolvem os trabalhadores de Suape e como estes tem se articulado para reivindicar melhores condições de trabalho.

Diante disso, solicitamos o acesso às atas das audiências de conciliação ocorridas na Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região. A reconstrução do processo da greve, através da utilização das atas como fonte descritiva, mostrou-se insuficiente e buscamos complementar as informações com (as) entrevistas aos principais atores envolvidos no processo.

Acreditamos que a reconstituição de um momento histórico, a partir da fala dos atores envolvidos, foi fundamental para o enriquecimento do relato. Cada um dos depoimentos obtidos foi compreendido a partir das posições ocupadas pelos sujeitos. Os depoimentos foram confrontados entre si e, ao mesmo tempo em que se associavam e entrecruzavam à outras fontes, como as atas das audiências e as matérias publicadas pelos jornais da imprensa comercial.

Ao reconstruir o processo da greve nos deparamos com algumas questões que nos chamaram a atenção. A postura adotada pelo Sintepav, sindicato oficial dos trabalhadores

da construção civil, evidenciou que esta entidade possui uma grande dificuldade de diálogo e interlocução com a categoria. Em decorrência disso, observamos que, durante todo o processo de negociação, o sindicato não conseguiu captar os anseios e as demandas dos trabalhadores, e, inclusive, entrou em atrito com a sua base de representação.

Diante da insatisfação gerada pela postura do Sintepav, uma parcela dos trabalhadores não o reconheceu e buscando uma forma alternativa de se fazer representada. Reuniram-se, realizaram assembleias e deliberaram pela constituição de uma comissão de representação. Em relação às comissões de trabalhadores, conforme observam Antunes & Nogueira afirmam que:

É necessário dizer, desde logo, que não existe uma teoria acabada das comissões ou conselhos de fábrica, sendo que o seu entendimento só é possível através do estudo das várias experiências histórico-concretas do movimento operário, quer as verificadas há várias décadas (e que tem uma importância histórica decisiva), quer as que se realizam nos dias atuais (ANTUNES & NOGUEIRA, 1981, p.8)

Conforme os autores citados, as comissões podem cumprir diferentes papéis, ou seja, podem ser um organismo sindical de base, isto é, uma espécie de raiz do sindicato no interior da fábrica ou, ainda, servir como um órgão que se opõe ao sindicato e serve aos interesses da classe patronal, almejando a uma integração harmônica entre capital e trabalho.

Em outros termos, as comissões de trabalhadores podem adotar uma “via reformista, que quer a integração do trabalho frente ao capital” ou podem “seguir uma via revolucionária, que quer romper com os limites da sociedade capitalista a abrir caminho para uma sociedade socialista” (ANTUNES, 1981, p.10). No interior da “via revolucionária”, os autores apontam ainda duas possibilidades. Por um lado, “as comissões de fábrica que atuam como órgão de resistência operária contra a dominação do capital no interior da fábrica e que, apesar de guiadas por uma concepção socialista, têm um caráter predominantemente sindical, visando impedir os abusos do capitalismo” (Idem, 1981, p.10). Por outro lado, temos os “conselhos operários”. Sobre eles Antunes e Nogueira afirmam:

são organismos mais avançados, que questionam as relações capitalistas em sua totalidade e não se restringem às relações de

autoridade e dominação dentro das fábricas. Colocam-se como instrumentos eminentemente revolucionários, base sobre a qual se estruturará a sociedade sem classes; embrião, portanto, da forma de poder das massas sob o socialismo (ANTUNES, 1981, p.10).

As definições gerais fornecidas por Antunes & Nogueira (1981) não esgotam o tema. No entanto, não era a intenção dos autores criar uma tipologia precisa a respeito das comissões de fábrica, mas apenas fornecer elementos que nos ajudem a compreendê-las a partir da análise das “experiências histórico-concretas do movimento operário” (Idem, 1981, p.8).

Sobre a comissão de trabalhadores, que surgiu com a Greve que estamos analisando, suas características nos levam a crer que não tem entre seus objetivos a harmonização entre os interesses de trabalhadores e patrões, mas, pelo contrário, como surgiu a partir de um processo de confronto tanto com o sindicato como com o setor patronal e, embora seja uma experiência incipiente, apresenta características de um organismo de resistência e defesa dos interesses dos trabalhadores.

Como podemos notar a partir da análise das atas e das entrevistas que realizamos a comissão dos trabalhadores também sofreu certa crise de legitimidade perante a categoria, fazendo com que a negociação da greve se estendesse por um período relativamente longo. As atas das audiências são a expressão documental da debilidade e baixa sintonia da comissão com os trabalhadores, pois, as propostas eram acordadas entre os representantes dos trabalhadores e, posteriormente, rejeitadas pela categoria que votava pela continuidade da greve.

É importante deixarmos claro que a Comissão de Trabalhadores teve um papel decisivo na greve. Por ser formada por trabalhadores que, diferentemente dos dirigentes sindicais, estão em contato cotidiano com a categoria a que pertencem sendo determinante na condução da paralisação. Compartilham o mesmo status dos trabalhadores e sofrem as mesmas pressões e contradições. Ainda assim, demonstraram debilidades para representar o todo da categoria.

As dificuldades de articulação, mobilização e organização dos trabalhadores não estão apenas ligadas às habilidades e orientações ideológicas dos atores. São decorrentes também do fato de Suape significar um enorme adensamento abrupto de operários. Como

sabemos, quando ocorrer o término das obras, uma parcela significativa dos trabalhadores, os “peões trecheiros”, não permanecerão no local, partirão em busca de um novo emprego para garantir sua subsistência. No interior da massa operária os trabalhadores locais ou “peões cabaços” apresentam perspectivas distinta aos peões trecheiros. Conciliar as diferentes trajetórias e aspirações de ambas realidades é um desafio colocado para ação coletiva organizada.

Por outro lado, as principais dificuldades e limitações que encontramos no desenvolvimento desta pesquisa e na reconstrução descritiva da greve remete ao fato de estarmos tratando sobre um fenômeno bastante recente e de grande complexidade. As poucas ou inexistentes pesquisas acadêmicas sobre o tema³³, somada à dificuldade de acesso a dados oficiais, fez com que fossemos levados a trabalhar com um grande número de referências de meios de comunicação, mais especificamente, matérias de jornais locais. No entanto, é importante destacar que estamos conscientes que estas não são uma fonte isenta, uma vez que também estão ligadas a interesses corporativos. Sendo assim, buscamos relativiza-las e, sempre que possível, confrontá-las entre si e entre as informações que coletamos diretamente, seja advindos dos atores envolvidos ou dos documentos que se remetem à Greve. Evitamos, portanto, reproduzir os discursos emitidos pelos meios de comunicação de massa, que, muitas vezes, estigmatizam e condenam socialmente as formas mais radicais de manifestação dos trabalhadores.

O momento em que finalizamos a conclusão dessa pesquisa coincidiu com o período da data base dos trabalhadores da construção civil em Suape, que acontece sempre no mês de Julho. Desta vez, aparentemente, não haveria conflito. O Sintepav, sindicato oficial da categoria, em nota publicada após a assembleia do dia 27 de julho de 2012, fechou acordo com o setor patronal e publicou em seu site uma nota em que comemorava o “*acordo histórico e aumento de 10,5% para a categoria*”³⁴.

Esta mesma nota comemorava também a conquista da equiparação salarial entre os trabalhadores das diversas empresas que atuam em Suape. Segundo o presidente do Sindicato, Aldo Amaral, “*não foi o céu. Mas chegamos bem perto do paraíso.*”

³³ Até o momento, temos conhecimento apenas da pesquisa em andamento “Trabalhadores de Suape: Estudo de Subjetividade Operária”, desenvolvida por Pedro Henrique Santos Queiroz, aluno do curso de mestrado em Sociologia da Unicamp.

³⁴ ASSESSORIA DE IMPRENSA DO SINTEPAV-PE (2012) Sintepav-PE consegue acordo histórico e aumento de 10,5% para trabalhadores. *Mundo Sindical*. 27 Jun 2012 Disponível em: <http://www.sintepav-pe.org.br> Acessado em: 14 agosto 2012

Avançamos no reajuste e a equiparação salarial trará benefícios para quem ganha menos. Pernambuco continua bem mais na frente que outros estados do Brasil”.

No entanto, os trabalhadores não entenderam que houve uma vitória e questionaram a legitimidade da assembleia. Panfletos anônimos circularam em todo o canteiro de obras, convocando a realização de uma paralisação. Com os trabalhadores paralisados, o Sintepav realizou uma assembleia no dia primeiro de agosto de 2012, com o objetivo de informa-los sobre as conquistas na data base.

Quase como uma repetição dos episódios, ocorridos em 2011, trabalhadores e sindicalistas não se entenderam. Os trabalhadores consideraram que o acordo fechado pelo sindicato era insuficiente e, diante disso, demonstram suas insatisfações através de métodos radicais. O trio elétrico utilizado pelo Sintepav foi apedrejado, a diretoria precisou sair às pressas do local e três ônibus foram incendiados.

As questões que apontamos, ao longo dessa pesquisa, tal como as causas e consequências da crise de representatividade do Sintepav, adquiriram uma dimensão de proporções semelhantes às de 2011, provando que os problemas que apontamos persistiram e se agravaram. Faz-se necessário, portanto, a continuidade da pesquisa, refinando os problemas de investigação a partir dos elementos já pontuados neste trabalho.

O processo de reconstrução da greve dos trabalhadores da construção civil de Suape, em 2011, nos aproximou à realidade dessa categoria, suas lutas, frustrações, desejos e projeções de vida. Ajudou-nos a compreender as dificuldades de organização dos interesses coletivos, seja com a presença débil e ausência de representatividade de um sindicato, seja através da busca de alternativas de representação advindas da formação de uma comissão de trabalhadores. Ambas as estruturas, em maior ou menor escala, demonstraram diferentes debilidades na hora de representar os interesses de uma categoria já bastante explorada em função de interesses privados empresariais que obedecem à lógica do capital. Compreender como essa categoria tem se articulado para reivindicar melhores condições de trabalho nos possibilitou visualizar que grandes mudanças necessitam ser construídas para conquistar os objetivos comuns - cada vez mais asfixiados por um sindicato carente de representação, empresas com ambições cada vez maiores e representando políticas neoliberais que desejam reduzir os direitos trabalhistas e impedir a ampliação de conquistas. Este panorama só ressalta a importância

de continuar discutindo e analisando a realidade dos trabalhadores da construção civil do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Como forma de continuar o desenvolvimento desta pesquisa, algumas inquietações e possível linha de pesquisa com a intenção de nos aproximar ainda mais ao movimento, articulação e forma de organização dos trabalhadores da construção civil em Suape. Através de um estudo comparativo sobre como tem se organizado os trabalhadores de outras grandes obras, tais como Belo Monte (PA) e Jirau (RO) e, também, os trabalhadores que atuam nas obras voltadas para os mega eventos da Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Poderemos interconectar, contrapor e relacionar os anseios, as pautas de luta, as problemáticas derivadas da organização dos movimentos, aprender da experiência de outros casos concretos para possibilitar a proposição de diretrizes para a realidade dos trabalhadores da construção civil do Complexo Industrial e Portuário de Suape com a intenção de garantir que se cumpram seus direitos trabalhistas e apoiar o fortalecimento do movimento e articulação dessa categoria na conquista de melhores condições de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. (2005). *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo editorial.
- ANTUNES, Ricardo. (1997). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª edição, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- ANTUNES, Ricardo. (1995). *Novo Sindicalismo no Brasil*. 2 edição, São Paulo, Pontes Editora.
- ANTUNES, Ricardo.; MORAES, Maria (Org.). (2004) *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Ed. Expressão Popular.
- ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. (1981). *O que são comissões de fábrica*. São Paulo, editora Brasiliense.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (1996). *Crise Econômica e Interesses Organizados – O Sindicalismo no Brasil dos anos 80*, São Paulo, Edusp.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; VERAS, Roberto. (2011). El Sindicalismo Brasileño En La Era de Lula. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Año 5, Número 8.
- AVILA, Rodrigo Vieira. (2007) PAC: Programa de Atendimento aos Credores. Disponível em www.pstu.org.br/nacional_materia.asp?id=6088&ida=0 Acessado em 25.06.2012.
- ATAS PRT – Procuradoria Regional do Trabalho da 6 Região - Número do Processo:00053.2011.06.0004/04
- BAUER M. E GASKELL, G. (2002). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, Vozes.
- BEYNON, Huw. (2003). *O Sindicalismo tem futuro no século XXI?* In: J.R.Ramalho & M.A.Santana (orgs). *Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*. São Paulo: Boitempo editorial.
- BRIDI, M. A.; ARAÚJO, S. M. P; FERRAZ, M. O sindicalismo equilibrista. Curitiba: SCHLA/UFPR, 2006.
- SCHLA/UFPR, 2006BOITO Jr, Armando. (2003). *A Crise do Sindicalismo*. In: J.R.Ramalho & M.A.Santana (orgs). *Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*. São Paulo: Boitempo editorial.
- CARDOSO, Adalberto Moreira; RODRIGUES, Leôncio Martins (1993). *Força Sindical – Uma análise Sócio-Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARDOSO, Adalberto Moreira (2003). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- CAVALCANTI, Clovis (1975) A propósito de Suape. Disponível em www.slideshare.net/vfalcao/manifesto-digitado1 Acessado em 26.07.2012.
- CONDEPE/ FIDEM (2008). Perfil do município. Disponível em http://www.portais.pe.gov.br/c/portal/layout?p_l_id=PUB.1557.57. Acessado em 30.05.2012
- DRUCK, Graça. (2006). Os Sindicatos, Os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. *Conselho Latino Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Ano 6, Número 19.
- _____ (2008a) . Território estratégico de Suape: diretrizes para uma ocupação sustentável.
- FLICK, U. (2009). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.

- GUARDA, Adriana; LIMA, Felipe. *Babel de tensão e interesses*. *Jornal do Commercio_ Economia* p03. Recife. 20.02.2011. Disponível em <http://pedesenvolvimento.com/2011/02/20/babel-de-tensao-e-interesses/> - Acessado em 21.05.2012
- GORZ, André. (1987). *Adeus ao proletariado – para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- HARRY, Braverman. (1987), *Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3ª edição, Rio de Janeiro, LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- HIRATA, Helena Sumiko. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? : um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo editorial.
- IBGE (2009) Estimativa da População Área e Densidade Demográfica. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em :<http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em 06/01/2012
- _____ (2009a) PIB e PIB per capita. 2005, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em 06.01.2012
- KANO, Sérgio. *Contratos Milionários no Complexo de Suape* [Abril 2010] p.54 Recife: Revista Algo Mais. Ano 4. No 49. Disponível em www.revistaalgomais.com.br/blog/wp-content/ea/edicao49.pdf Acessado em 13.03.2012
- LESSA, Sérgio. (2007). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo, Cortez.
- MARX, Karl. (1996). *O capital: critica da economia política*. Tradução de Reginaldo de Sant'Anna. 15ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MOREIRA, Saulo. *Redenção e Contradição: Uma reflexão para o futuro*. *Jornal do Commercio*, Recife, 12.08.2011, p.01-11. Disponível em http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape_PDF.pdf - Acessado em 21.05.2012
- OFFE, C. (1984). *Trabalho como categoria sociológica fundamental?*. In: OFFE, C. *Trabalho & Sociedade*. Vol.1, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro.
- GOVERNO DE PERNAMBUCO. (2010). *Relatório PAC programa de aceleração do crescimento: Suape 2010*. Recife: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - GOVERNO de Pernambuco, março de 2010.
- RODRIGUES, Iram Jacome Rodrigues. (2003). *Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990*. In: J.R.Ramalho & M.A.Santana (orgs). *Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*. São Paulo: Boitempo editorial.
- RODRIGUES, Iram Jacome Rodrigues. (2002). *Relações de trabalho e ação sindical no ABC Paulista nos anos 1990*. In:M.R.Nabuco, M.A. Neves & A.M. Carvalho Neto(orgs). *Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo*.Rio de Janeiro: DP&A editora.
- RODRIGUES, I. J. (Org.) ; RAMALHO, José Ricardo (Org.) . *Trabalho e Sindicato em Antigos e Novos Territórios Produtivos: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*. São Paulo: Annablume, 2007.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (1992). *Destinos do Sindicalismo*. São Paulo, Edusp.
- _____ (1991) *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In: BOITTO JÚNIOR, A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SADER, Eder. (1991). *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra. 2ª edição.

SANTANA, Marco Aurélio. (2002). *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980/2000: Do Ressurgimento à Reorientação*. Cadernos Adenauer, ano 3, nº2. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer.

_____ (1998). *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. XXI Encontro Anual da Anpocs, GT: Trabalhadores, Sindicalismo e Política. Disponível em: www.sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/98GT1814.doc. Pagina consultada 26-03-2012.

SANTANA, M. A; RAMALHO, J. R. (2003) *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo.

SILVA, Rodrigo Ferreira Nery. (2007) *Somos fortes, somos CUT? : precarização e discurso na CUT-PE (1989-1999)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife.

VERAS, Roberto. (2012). *Brasil em Obras, Peões em Luta, Sindicatos Atônitos*. João Pessoa, *No Prelo*.

Matérias de Jornal

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO SINTEPAV-PE (2012) Sintepav-PE consegue acordo histórico e aumento de 10,5% para trabalhadores. *Mundo Sindical*. 27 Jun 2012 Disponível em: <http://www.sintepav-pe.org.br> Acessado em: 14 agosto 2012

BATISTA, Micheline (2011) Paralisação em Suape é considerada ilegal. *Diario de Pernambuco - Economia*. Recife, 30 de março de 2011. Disponível em: <http://gilvanmelo.blogspot.co.uk/2011/03/paralisacao-em-suape-e-considerada.html> Acessado em: 03 maio 2012

BRITO, AGNALDO (2011) Pernambuco vive sua revolução industrial *Folha de Sao Paulo - Mercado*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/884917-pernambuco-vive-sua-revolucao-industrial.shtml>, Acessado em: 28 Setembro de 2011

GUARDA, Adriana; LIMA, Felipe. (2011) *Babel de tensão e interesses*. *Jornal do Commercio - Economia* p03. Recife. 20.02.2011. Disponível em: <http://pedesenvolvimento.com/2011/02/20/babel-de-tensao-e-interesses/> - Acessado em: 21 maio 2012

GUARDA, Adriana; LIMA, Felipe (2011) Greve em Suape é ilegal. *Jornal do Comercio - Economia* Recife, 30 de março de 2011 Disponível em: http://www1.amppe.com.br/cms/opencms/amppe/servicos/clipagem/2011/mar/clipagem_0298.html Acessado 03.05.2012

KANO, Sérgio (2010) Contratos Milionários no Complexo de Suape [Abril 2010] p.54 Recife: Revista Algo Mais. Ano 4. No 49. Disponível em : www.revistaalagomais.com.br/blog/wp-content/ea/edicao49.pdf Acessado em: 13 março 2012

Arraes: discurso de FHC em Suape comprova discriminação *Jornal do Commercio - Política*, 09 out 1999 Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0910/po0910a.htm. Acessado em :28 junho 2012

LACERDA, Angela (2010) Empresas 'lançam' intrutores do Senai para vagas. *O Estado de Sao Paulo. Economia e Negocios*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.empresas-lacam-instrutores-do-senai-para-vagas,602233,0.htm> Acessado em: 03 abril 2012

MOREIRA, Saulo. (2011) Redenção e Contradição: Uma reflexao para o futuro. - Duas obras mais de 38 mil homens. *Jornal do Commercio*, Recife, 12 Ago 2011, p.01-11 Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-660Suape_PDF.pdf -Acessado em: 21 maio 2012

TEIXEIRA, Marcionita (2011) .Filhos de Suape. *Diário de Pernambuco*. Recife, 13 Maio 2011 Disponível em: www.slideshare.net/jairoblima/filhos-de-suape Acessado em: 03 fevereiro 2012